

Administração Tributária e Aduaneira
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins
Crediamigo
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional
Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur II
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização,
Previdência Privada Aberta e Resseguro
Educação Fiscal
Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Gestão da Política de Regulação de Mercados
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito
Integração da Cadeia do Agronegócio
Produção de Moeda e Documentos de Segurança
Recuperação de Créditos da União
Resseguro
Serviços de Informática em Parceria com a Iniciativa Privada
Serviços de Informática para o Setor Público

Ministério da Fazenda

Administração Tributária e Aduaneira

Resultados

A administração tributária e aduaneira constitui-se num conjunto de ações e atividades, integradas e complementares entre si, que visam garantir o cumprimento pela sociedade da legislação tributária e aduaneira e que se materializam numa presença fiscal ampla e atuante, quer seja no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, quer seja na construção e manutenção de uma forte percepção de risco sobre os contribuintes faltosos.

Assim, todas as ações que compõem o Programa representam um fluxo único de trabalho, voltado para obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições administrados e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

Neste sentido, não cabe distinguir uma ou outra ação do Programa como de maior relevância para a consecução dos seus objetivos ou para explicar o desempenho favorável de seus indicadores - os quais derivam de todo o conjunto de ações e atividades desenvolvidas pela Receita Federal.

A análise do Programa de **Administração Tributária e Aduaneira** pela ótica dos resultados alcançados, mostra, em primeiro lugar, o incremento real da Arrecadação Administrada pela Secretaria de Receita Federal - SRF verificado ao longo de 2000 a 2002, fundamental para o alcance dos macro-objetivos 01, 02, 04 e 13, contribuindo sobremaneira para a estabilidade fiscal do País. Os índices de crescimento real, com relação aos anos imediatamente anteriores foram: 2000 - 2,62%; 2001 - 2,45%; 2002 - 8,75%.

Esses resultados positivos foram alcançados apesar dos cortes e contingenciamentos do Orçamento e de atrasos na liberação de recursos, ocorridos especialmente nos segundos semestres dos anos de 2001 e 2002, quando a SRF procurou priorizar as ações finalísticas e despesas incompressíveis.

De janeiro a dezembro de 2002, a arrecadação das Receitas Administradas pela SRF atingiu a cifra de R\$ 232,71 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 23,26% e real de 8,75%, em relação ao ano de 2001.

Na área aduaneira, a Receita Federal foi responsável em 2002 pelo desembaraço de cerca de 1,14 milhões de Declarações de Importação - DI e aproximadamente 909,1 mil Declarações de Despacho de Exportação - DDE. A essas declarações corresponderam cerca de 94,0 milhões de toneladas de produtos importados, no valor total FOB de US\$47.241 milhões, e 295,1 milhões de toneladas de produtos exportados, no valor total FOB de US\$ 60.361 milhões.

Ainda como resultados diretos da atuação da Secretaria da Receita Federal no período pode-se mencionar:

- incremento do número de declarantes Pessoas Físicas de 11.101.558 em 2000 para 15.481.070 em 2002;
- aumento do número de contribuintes atendidos pela SRF, com diversificação dos mecanismos de atendimento, por meio da consolidação do atendimento telefônico automatizado (Receita Fone), aumento do número de acessos ao *site* na internet.

Gerente:

Exedito José de Vasconcelos Gonçalves

- contribuintes atendidos nos Centros de Atendimento ao Contribuinte (atendimento pessoal):

Ano de 2000 - 7.630.000

Ano de 2001 - 9.090.000

Ano de 2002 - 10.070.138

- contribuinte atendidos no atendimento telefônico

Ano de 2000 - 14.524.008

Ano de 2001 - 21.847.544

Ano de 2002 - 14.397.493

- número de acessos à página da SRF na Internet

Ano de 2000 - 50.398.482

Ano de 2001 - 89.948.248

Ano de 2002 - 118.721.184

Obtenção de premiações pela página institucional na Internet ao longo do período de 2000-2002

Pela ótica do Governo, os impactos positivos da atuação da SRF são traduzidos pelos superávits de arrecadação que vêm sendo obtidos, destacando-se, ao longo do ano de 2002, a ocorrência de arrecadações extras, especialmente decorrentes de medidas legais editadas com o objetivo de estimular o pagamento e facilitar a cobrança dos débitos em atraso. O reflexo direto de tais ocorrências é a geração de um adicional de R\$ 25,5 bilhões na arrecadação de 2002 (sem contrapartida no ano de 2001), o qual explica, em grande parte, o crescimento real de 8,75% observado na arrecadação das receitas administradas pela SRF de janeiro a dezembro, em relação a igual período de 2001. O excedente de arrecadação verificado em 2002 foi fundamental para o equilíbrio geral das contas públicas e representou uma parcela importante do superávit primário realizado pela União.

Pela ótica dos contribuintes, os impactos positivos decorrentes da ação da SRF são traduzidos na disponibilização de diversos mecanismos e ferramentas de facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, os quais, de um modo geral, vêm tendo grande aceitação.

Pela ótica da sociedade em geral, o desempenho da Receita Federal tem impacto apenas indireto e se reflete na sua contribuição para a estabilidade econômica do país, a partir da garantia de um fluxo de arrecadação compatível com a programação de gastos do Governo Federal - contribuição que se estende também aos estados e municípios, considerando-se as transferências constitucionais de receitas. Além disso, o desempenho da SRF, sobretudo na área do controle aduaneiro, se reflete sobre a sociedade sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional e da saúde e segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à população.

Com relação aos resultados esperados para 2003, a Secretaria da Receita Federal aprovou 14 objetivos estratégicos, a serem perseguidos no período de 2003-2004, conforme Portaria SRF nº 1.150/02, a saber:

- Subsidiar a formulação da política tributária e de comércio exterior;
- Promover a integração da SRF com órgãos de Estado e organismos, nacionais e internacionais;
- Intensificar a atuação da SRF no combate ao crime organizado;
- Fortalecer a imagem institucional da SRF e promover a conscientização tributária do cidadão;
- Promover o atendimento de excelência ao contribuinte;
- Otimizar o controle e a cobrança do crédito tributário;
- Aprimorar a qualidade e a produtividade do trabalho fiscal;
- Aumentar a eficácia da vigilância e da repressão aos ilícitos aduaneiros;
- Simplificar, padronizar e agilizar o controle aduaneiro;
- Aumentar a eficiência e a eficácia no preparo, análise e julgamento dos processos administrativo-fiscais;
- Promover o aperfeiçoamento, a simplificação e a consolidação da legislação tributária federal e uniformizar a interpretação;
- Aperfeiçoar a política de Recursos Humanos da SRF;
- Aumentar a eficácia e a eficiência na gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de mercadorias apreendidas; e
- Aprimorar a política de gestão da informação e de infra-estrutura de tecnologia.

Esses objetivos serão atingidos por meio de programas nacionais e ações a serem desencadeadas pelas diversas unidades organizacionais da SRF.

Destaca-se entre os resultados esperados:

- resultado global de arrecadação para 2003 da ordem de R\$ 253.262 milhões;
- redução do passivo tributário da União (estimado em R\$ 334.995 milhões em dezembro de 2002), por meio do aprimoramento do controle do crédito tributário sub judice (montante total envolvido de R\$ 104.338 milhões) e agilização da análise dos pedidos de compensação (montante total envolvido de R\$ 39 bilhões), priorizando ainda o acompanhamento do cumprimento das obrigações tributárias dos maiores contribuintes;
- melhoria da qualidade do atendimento ao contribuinte, com redução dos tempos de espera nas filas dos Centros de Atendimento e aumento da satisfação do público-alvo com os serviços prestados pela SRF; e
- agilizar as atividades de despacho aduaneiro, buscando reduzir o prazo médio de permanência da mercadoria na zona primária, intensificando a interiorização do despacho aduaneiro e aperfeiçoando os mecanismos de verificação e controle, com vistas a reduzir os custos na importação e na exportação, tanto para a Administração quanto para o contribuinte.

Concepção O problema ou a demanda da sociedade que deu origem ao programa, constitui a própria razão da existência da Secretaria da Receita Federal como administração tributária, qual seja: possibilitar a arrecadação de recursos para financiamento das ações do Estado, por meio da aplicação da legislação tributária vigente, de forma que a carga tributária (volume arrecadado / PIB) expresse o volume de recursos necessários para o bem-estar da sociedade brasileira.

Ao longo da última década a sociedade brasileira tem sido cada vez mais exigente com a qualidade dos serviços públicos, e neste contexto a Secretaria da Receita Federal tem como um dos elementos da missão institucional a prestação de serviços de excelência para a sociedade. As grandes transformações ocorridas na estrutura organizacional e na atuação da instituição têm tomado como foco o contribuinte/cidadão, que resultaram no incremento de serviços à distância e na utilização maciça da internet como forma de garantir a comodidade e transparência no cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes.

Foram identificadas sete causas do problema acima, a seguir:

Causa	Ação
Combate à sonegação fiscal.	Ações de Caráter Sigiloso.
Aumento da presença fiscal e garantia da percepção de risco pelo descumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes.	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira.
Eficiência e eficácia no controle, cobrança e recuperação do crédito tributário apurado por iniciativa do fisco ou do contribuinte.	Lançamento, Cobrança de Tributos e Atendimento ao Contribuinte; e Apreciação e Julgamento Administrativo de Litígios Fiscais.
Garantia dos fluxos financeiro e contábil da arrecadação de receitas federais, realizada por meio da rede arrecadora credenciada, mediante remuneração pela SRF.	Remuneração por Serviço de Arrecadação.
Necessidade de sistematização, congruência, transparência e clareza nas normas tributárias e aduaneiras.	Normatização e Gestão Tributária e Aduaneira. Reaparelhamento, Atualização e Aperfeiçoamento Tecnológico da SRF; Sistemas Informatizados da SRF; e
Incentivo à inovação e avanço da tecnologia em prol da excelência na prestação dos serviços à sociedade.	Sistemas Informatizados do Conselho de Contribuintes.
Garantia do fluxo de comércio exterior por meio de simplificação e agilização dos procedimentos de controle aduaneiro.	Sistema Integrado do Comércio Exterior - Siscomex.

Implementação Recursos Financeiros - relativamente à execução orçamentária e financeira do Programa de Administração Tributária e Aduaneira, a SRF considera importante apresentar as seguintes considerações:

Os recursos alocados no orçamento da SRF são oriundos de receitas vinculadas ao Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, que giram em torno de R\$ 3,75 bilhões ao ano; desse montante, a SRF tem utilizado em média R\$ 800 milhões anuais.

Para o ano de 2003, a Lei Orçamentária contempla créditos na ordem de R\$ 706.448.682,00, para os grupos de outras despesas correntes e de capital. Esse valor representa, de pronto, uma redução de 29,00 % em relação ao orçamento do exercício de 2002, que foi da ordem de R\$ 908.222.746,00.

Vale ressaltar que os avanços conseguidos pela SRF em termos de modernização de sistemas permitiram uma significativa redução de custos (ex: Programa do Imposto de Renda), bem como a elevação da arrecadação através de sistemas mais eficientes de cruzamento de informações.

Recursos Materiais - pela natureza das atividades que desenvolve, a Secretaria da Receita Federal precisa dispor de agilidade e alta capacidade de ação, de forma a dar respostas tempestivas e eficazes às demandas do dia-a-dia. Isto exige uma atualização permanente de seu parque tecnológico, um aprimoramento contínuo de seus sistemas de informação e das ferramentas de comunicação interna e externa, uma maior capacidade de locomoção de servidores em atividades de fiscalização ou de vigilância e repressão, entre outros requisitos.

Assim, a Receita Federal tem uma demanda permanente por novos e mais eficientes recursos materiais. Nesse sentido, qualquer corte ou contingenciamento nos recursos orçamentários/financeiros da SRF se reflete imediatamente em perda de capacidade resolutive do órgão, uma vez que o primeiro item de despesa atingido pela escassez de recursos é justamente o relativo à ampliação e reposição dos recursos materiais.

Infra-estrutura - a Receita Federal conta hoje com 567 Unidades espalhadas por todo o território nacional, que representam uma rede de aproximadamente mil imóveis, entre próprios e alugados. A administração de todo esse patrimônio implica a alocação permanente de expressivos recursos financeiros por parte da SRF, bem como de razoável contingente de recursos humanos.

A despeito de contar com toda essa rede já instalada, a Receita Federal, pelas dimensões do órgão, pela abrangência de sua atuação e pelo crescimento constante da demanda dos contribuintes por atendimento e serviços, tem uma necessidade permanente de ampliação de sua infra-estrutura física, não só pela aquisição ou construção de novos imóveis e instalações, como também pela manutenção e modernização dos já disponíveis.

Some-se a isso a necessidade de ampliar a presença física da SRF nas áreas de fronteira, com novas instalações nos principais pontos e rotas de entrada e saída do País de mercadorias, pessoas e bagagens.

Além disso, o aprimoramento dos meios e instrumentos de investigação, preparo e execução das atividades de vigilância e repressão tem resultado num aumento expressivo das apreensões de mercadorias em situação irregular (objeto de contrabando ou descaminho), demandando uma ampliação dos depósitos para armazenamento de mercadorias apreendidas.

Recursos Humanos - no que tange ao quantitativo dos recursos humanos, pode-se afirmar que a situação atual da Receita Federal é francamente deficitária. De acordo com a Portaria MF nº 2.581, de 29 de agosto de 1996, a lotação aprovada para a SRF, na carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, é de 15.006 Auditores e 16.999 Técnicos. O quadro atual (em dezembro de 2002) situa-se bem abaixo dessa lotação ideal - perfazendo um total de 7.692 Auditores e 6.673 Técnicos, ou 51,26% e 39,26%, respectivamente, da lotação potencial aprovada. Vale dizer que a Secretaria da Receita Federal tem um quadro funcional muito aquém das suas necessidades, comprometendo a realização de sua missão institucional. A carência de recursos humanos pode ser observada tanto nas Unidades Centrais como nas Descentralizadas, resultando ainda numa insuficiência do quadro de julgadores das 18 Delegacias de Julgamento.

Gerência do Programa - em 2002, a Receita Federal deu um grande passo no sentido da modernização gerencial e da institucionalização das atividades de planejamento e avaliação institucional, com a discussão e elaboração do Programa de Trabalho SRF 2003/2004, o qual consolida as ações e atividades programadas por todas as mais de 560 Unidades da SRF - num total inicial aproximado de 5.340 ações.

Todo esse conjunto de ações se integra e se articula a partir de um referencial único comum representado por quatorze objetivos gerais e vinte e cinco programas nacionais. Por outro lado, as alterações promovidas na estrutura da Receita Federal pela Portaria MF 259/01 também procuraram adequar a Instituição a essa nova filosofia gerencial - calcada na busca de resultados e na gestão de programas.

Como parte do processo de adequação ao modelo de gestão por programas, a SRF procurará em 2003 promover a integração do Programa de Trabalho SRF com as rotinas, metodologias e sistemas relacionados à elaboração do PPA, à programação e execução orçamentária e financeira, à programação e execução do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos - Procad, e à avaliação de gestão e desempenho institucional.

Paralelamente, está prevista para 2003 a implementação de um amplo Programa de Capacitação Gerencial, com vistas a sedimentar a visão e os conceitos de administração voltada para resultados e a firmar o planejamento como efetivo instrumento de gestão.

Parcerias - quanto às parcerias da SRF com outros órgãos no âmbito do PPA, das ações que compõem o Programa de Administração Tributária e Aduaneira, apenas a Ação Apreciação e Julgamento Administrativo de Litígios Fiscais envolve parceria - no caso com os Conselhos de Contribuintes (do próprio Ministério da Fazenda). Os processos administrativos de impugnação de créditos lançados pela SRF são apreciados em primeira instância pelas Delegacias da Receita Federal de Julgamento - DRJ (Unidades da estrutura organizacional da SRF) e em segunda instância pelos Conselhos de Contribuintes.

A SRF tem parceria na execução do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, gerenciado pelo Ministério da Fazenda e Ministério da Educação. Esta parceria veio reforçar as ações da SRF em prol da promoção do exercício da cidadania, iniciadas desde a década de 70 com o Programa Institucional Contribuinte do Futuro. Atualmente, no âmbito do PNEF, a SRF participa do Grupo de Trabalho Educação - GEF, gerenciado pela ESAF (Escola de Administração Fazendária), com representantes regionais e locais, responsáveis pela realização de ações coordenadas de educação fiscal nos Estados e Municípios, em parceria com Secretarias de Fazenda e Educação.

A SRF também participa do Programa Nacional de Desburocratização, e mais diretamente da política de Governo Eletrônico lançada pelo Governo Federal, como instrumento de desburocratização para a cidadania. Na área tributária, a desburocratização do Governo Federal prevê:

- ampliação da utilização da internet para informações de situação fiscal: certidões negativas, débitos fiscais e dívida ativa;
- implantação de pagamentos e obrigações fiscais via internet e débito em conta-corrente bancária, a exemplo dos sistemas desenvolvidos pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- ampliação da rede de informação sobre inscrição no cadastro Pessoa Física;
- ampliação da rede de centrais de atendimento, inclusive a implantação de terminais de auto-atendimento; e
- implantação da Ouvidoria Geral do Ministério da Fazenda - MF.

A SRF vem atuando em todas as linhas descritas acima, o que demonstra a sintonia desta parceria com as estratégias da Secretaria.

Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

O Programa tem por objetivo desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada.

Resultados

A ESAF tem conseguido superar suas metas nos três primeiros anos do PPA 2000/2003, inclusive já estando, em 2002, com o índice de seus indicadores acima dos resultados esperados para 2003. Em relação ao número absoluto de capacitações, houve uma pequena redução quando comparado com o de 2001, mesmo superando a meta, devido inicialmente à subtração do valor do orçamento para o ano de 2002 e as restrições nos limites de empenho e pagamentos, contenção na liberação nos meses de julho e agosto, o que levou a Escola a adiar as negociações de nossos contratos e convênios e, conseqüentemente, reduzir seu ritmo de capacitações.

Essa firmeza na evolução dos índices dos indicadores e superação das metas, ano a ano, decorre, principalmente, da adoção de um bom planejamento estratégico por seis anos consecutivos e um persistente programa de qualidade iniciado em 1998. Em 2002 a ênfase do planejamento estratégico foi trabalhar com "foco no cliente", com maior relacionamento com as instituições que demandam os serviços da Escola.

No que se refere à cesta de indicadores, não houve necessidade de ponderação, uma vez que os três indicadores tiveram seus índices superando as metas em mais de 100%.

Os principais resultados alcançados pelo Programa foram:

- a elevação do número de concursos públicos em 2002;
- ampliação da atuação junto aos municípios por meio de ações de capacitação desenvolvidas junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM;
- cooperação técnica - O período foi de consolidação e fortalecimento dos projetos;
- Canadá - fase de implementação dos programas de capacitação e sensibilização;
- Banco Mundial - realização dos programas Gestão Urbana e Municipal - GUM, Relações Fiscais Intergovernamentais - RFI e Governo Aberto e Participativo - GAP;
- Consultoria - países do continente africano de língua portuguesa;
- União Européia - Pós-graduação em Integração Econômica e Direito Internacional Fiscal, tendo a Escola de Administração Fazendária - ESAF como centro de mediação de conhecimentos;
- cursos específicos na França;
- Itália - parceria com a Universidade de Bolonha;
- Centro Interamericano de Administradores Tributários - CIAT/ ESAF como sede de eventos;
- Fundo Monetário Internacional - FMI: ampliação de três para dez programas anuais;

Gerente:

**Maria de Fátima Pessoa de Mello
Cartaxo**

- educação à distância: a partir de 1999, curso de promoção virtual de servidores das carreiras de finanças e controle, analista do Banco Central, gerenciamento da rotina de trabalho, formação de disseminadores de educação fiscal; e
- pós-graduação desde 1999: investimento em pós-graduação, mediante a formação de parcerias com instituições renomadas de educação superior, avaliadas em grau de excelência pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - Capes/MEC. Os programas de pós-graduação, incluindo as modalidades *lato sensu* (especialização) e *stritu sensu* (mestrado profissional), são desenvolvidos e realizados pela ESAF em conjunto com a Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco e Fundação Getúlio Vargas, destacando-se as áreas de Economia, especialmente Economia do Setor Público; Direito, sobretudo no que tange ao Direito Tributário; Comercio Exterior e Gestão Pública.

Os registros de apuração dos índices de satisfação para os anos de 2000/2002 estão acima de 90% o que confirma a viabilidade do índice previsto para o ano de 2003 (85%).

Para 2003, espera-se novamente suplantar as metas previstas para o último ano do PPA, mas como a ESAF tem trabalhado no limite do que sua reduzida estrutura permite e com um orçamento muito apertado, não há como prever um aumento razoável na performance dos indicadores. As melhorias têm sido exploradas convenientemente, não restando muito a acrescentar.

O aumento do orçamento da ESAF, de R\$ 13.563.377,00 para R\$ 17.840.433,00 poderá significar uma melhoria nas condições de gestão da Escola.

No que tange à avaliação de gestão, espera-se superar os trezentos pontos, com uma elevação superior a 20% em relação a 2002.

Concepção

A reforma do Estado, iniciada em 1995, pressupõe uma modernização da Administração Pública, que deve contar com mão de obra selecionada, capacitada e de elevado nível de qualificação profissional no campo das finanças públicas e áreas afins.

Tendo em vista as fortes restrições orçamentárias do exercício de 2002 e as fortes pressões para manutenção e elevação do superávit primário em 2003, a ESAF restringiu o volume de capacitações neste ano e muito provavelmente terá de fazer o mesmo em 2003.

Implementação

A ESAF teve seu nível de atividades dificultado/restringido pelas fortes restrições orçamentárias no ano de 2002, quebrando o ritmo de atendimento das demandas e retardando as sua retomada, chegando mesmo a acarretar a suspensão ou cancelamento de atividades importantes da sua missão institucional.

O contingenciamento orçamentário afeta a ESAF de forma direta e indireta. Direta, pois necessita-se de orçamento para que se possa manter o bom funcionamento da Escola e indiretamente, uma vez que nossos clientes são, na sua quase totalidade, órgãos públicos e estes acabam por demandar uma quantidade menor ou mesmo o cancelamento de ações de capacitação.

As ações de capacitação exigem cada vez mais infra-estrutura adequada e equipamentos de informática cada vez mais modernos. Tem-se buscado alternativas para solucionar tais problemas, mas tais alternativas acarretam em

custos para nossos clientes, levando-os a cancelar projetos de capacitação ou a procurar outras instituições que não a ESAF. Vale lembrar que a construção da sede da ESAF data de 1975 e que as instalações carecem de manutenção e modernização.

Quanto aos recursos de informática, tem-se o parque tecnológico defasado, de vez que a verba para investimento é insuficiente.

Outro fato importante é o quadro de pessoal reduzido, situação que vem se agravando *vis-à-vis* o número de aposentadorias sem preenchimento. Percebe-se também a necessidade de ampliar os esforços no sentido de fortalecer a qualificação e atualização de seu quadro técnico.

Já com relação a sua equipe gerencial, a ESAF manteve em 2002, significativos investimentos, ritmo que deverá ser mantido em 2003.

A forma de atuação da ESAF, construindo com os clientes os projetos e os planos de capacitação fortalece a prática da parceria, tornando seus clientes co-responsáveis pelo cumprimento das metas do Programa. Contudo, a falta de planejamento das atividades por parte de alguns clientes dificultou a melhor qualidade do atendimento e dos produtos.

A ESAF sugere a redefinição no objetivo do Programa, que passaria a ser: "selecionar, capacitar e formar recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada".

O público-alvo também seria mais bem definido se entendido como: "servidores públicos do sistema fazendário e afins nas três esferas de governo".

Alterar a meta física da Ação 2250 Seleção, formação e capacitação de recursos humanos em finanças públicas e áreas afins para 32.500 servidores capacitados.

Resultados O Programa tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial, de forma sustentável, oportuna, adequada e de fácil acesso, mediante oferta de serviços financeiros e de capacitação, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda à Região Nordeste.

O Crediamigo vem se expandindo e consolidando suas atividades, proporcionando a inserção competitiva dos microempresários do Nordeste no mercado. Como consequência, possibilita o aumento dos ganhos financeiros e a melhoria da qualidade de vida nas regiões de atuação.

No ano 2000, o Crediamigo firmou parceria estratégica com o Banco Mundial, assinando contrato de empréstimo com aquela instituição no valor de US\$ 50 milhões, recursos que serão utilizados para financiar o Projeto de Desenvolvimento de Microfinanças do Nordeste. O prazo para pagamento é de quinze anos e o apoio do Banco Mundial não se limita ao empréstimo, abrangendo também todas as ações que possibilitem o bom desempenho e o crescimento do **Crediamigo**. Os recursos envolvem US\$ 100 milhões, sendo metade de contrapartida do Banco do Nordeste e garantirão a continuidade do Programa.

O Programa **Crediamigo** realizou 359,2 mil operações de crédito em 2002, com a aplicação de R\$ 287,3 milhões, assegurando a manutenção de 118 mil microempreendedores atendidos com o aporte de crédito do Programa. Ainda que principiante, mereceu destaque a oferta de produtos como Giro individual e investimento fixos, lançados em 2002 e que resultou em 14,2 operações envolvendo recursos na ordem de R\$ 24,0 milhões.

A auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União - TCU em 2001, cumprindo Plano de Auditoria da Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba, constatou a efetividade do programa e a satisfação de seus clientes. Mais de 80% deles afirmaram que seus negócios cresceram após a adesão ao **Crediamigo**. Além do TCU, uma auditoria externa ratificou a adequação dos demonstrativos financeiros, além da qualidade da carteira e dos sistemas de informação e gerenciamento.

O Programa, iniciado em 2000, teve que se estruturar tanto do ponto de vista físico quanto de recursos humanos. Os resultados do Programa nos anos 2000 e 2001 apresentaram-se satisfatórios. Quanto ao fornecimento de crédito, o Programa superou sua meta de execução física em 6,5% no ano de 2000. No ano seguinte, o percentual de cumprimento da meta ficou em 88%. Em 2002, o Programa superou sua meta física em 2,1%, realizando 359.216 operações de crédito. É preciso lembrar que, na avaliação de 2001, foi solicitado o ajuste, posteriormente validado pelo Ministério da Fazenda, das metas físicas e financeiras de operações de crédito. Os novos números previram a realização de 217.018 operações em 2000; 291.940, em 2001; 340.256, em 2002; e 425.000, em 2003.

As novas metas financeiras para a ação financiamento concedido, para o período de 2000 a 2003 foram: R\$ 155.705.902,10, em 2000, R\$ 249.609.389,40, em 2001, R\$ 259.207.129,03, em 2002 e R\$ 340.000.000,00, em 2003, totalizando R\$ 1.004.522.420,53. O alcance dessas metas pelo **Crediamigo** ficou em 89,46% em 2000, 80,55% em 2001, 87,19% em outubro de 2002.

Gerente:

Maria Rita da Silva Valente

A solicitação do ajuste teve duas motivações: o Programa de expansão do Crediamigo, que tornou as metas físicas anteriores inexecutáveis, e a verificação de inconsistência no valor informado para a ação financiamento concedido. O valor anteriormente previsto no PPA de R\$ 180.149.921,00 considerava o incremento da carteira ativa como índice de eficácia da injeção dos recursos do Programa na economia da região, valor este que não refletia a unidade de medida da Ação Financiamento Concedido. Pois, cada financiamento concedido corresponde a um valor contratado, que prevê a rotatividade dos recursos na economia, haja vista que o cliente renova seu financiamento quando quita o anterior (diferentemente do valor incremental de carteira ativa, que se refere a uma variação de saldo em posições estáticas dos valores devidos pelos clientes).

Com a expansão do Programa, iniciado em 2000 e consolidado em 2001, o **Crediamigo** construiu as bases necessárias para seu crescimento sustentado. Com os investimentos realizados neste período a expectativa é de que o Programa alcance a meta de 25% do mercado potencial até o próximo ano. Para tanto, as ações e estratégias darão suporte à captação média mensal de 19 mil clientes atendidos, o que implica em um crescimento de apenas 24%, em relação ao desempenho atual.

Em 2002, o **Crediamigo** foi responsável por 13,89% da penetração do mercado de microfinanças nordestino. O percentual representa mais da metade da meta de 25% do potencial previamente estabelecida para o ano de 2003. Nos anos de 2000 e 2001, o percentual de cumprimento ficou em 4,55% e 10,50%, respectivamente, o que aponta um avanço de 214% no cumprimento da meta verificado em 2002 quando comparado com o ano 2000 (de 4,50% para 14,28%). Ressalte-se que o desempenho foi conseguido mesmo com os investimentos feitos em 2000 e 2001 na capilaridade da rede, na oferta de novos produtos - como o Investimento Fixo - no aperfeiçoamento operacional e na formação de profissionais, que geram dividendos futuros, uma vez que o retorno dos investimentos feitos nos mercados não explorados aparece, em média, somente após nove meses. Considerando o aumento do número de assessores de crédito (que totalizam 574) e a consolidação de 165 unidades e 58 postos de atendimento, decorrente do Programa de expansão do **Crediamigo**, a estrutura para o crescimento do programa encontra-se solidificada e a expectativa é de que, no ano de 2003, o **Crediamigo** registre sua maior taxa de crescimento, suficiente para atingir a meta de 25%.

.....

Em resposta à reestruturação do setor industrial, advinda com a estabilidade proporcionada pelo Plano Real e caracterizada por um forte aumento da produtividade e redução da oferta de emprego, passou a existir uma migração de empreendedores para a informalidade, como forma de substituir os empregos formais por outras atividades capazes de gerar renda e ocupação produtiva.

Concepção

Uma grande parcela da população passou a encontrar, no setor informal, um meio de sobrevivência, constituindo um segmento microempresarial dinâmico, que tem entre suas principais fragilidades a falta de acesso ao crédito por não disporem de garantias tradicionalmente exigidas pelo sistema financeiro.

A maioria desses microempresários é de meia idade em diante, têm um nível de escolaridade oscilando entre baixo e médio e possuem larga experiência adquirida em anos de dedicação à atividade. Há um certo isolamento e falta de integração, dado que é pequena a participação em associações comunitárias, problema este que é menor onde há uma maior atuação de instituições oficiais promovendo capacitação e o fortalecimento comunitário.

Como o acesso dessa camada da população ao sistema bancário é difícil, devido ao baixo nível operacional, ao reduzido porte dos negócios e à fragilidade ou inexistência de garantias, o aporte de crédito a tais empreendedores se dá, em larga medida, através dos fornecedores e/ou agiotas, que cobram taxas de juros exorbitantes, inviabilizando o crescimento das atividades.

Experiências em países como Bangladesh, Indonésia, Bolívia, Colômbia e Peru provaram que o microcrédito é uma saída viável para atender à demanda do setor informal. As experiências foram implantadas por bancos sociais ou entidades similares, resultando no aumento e melhor distribuição de renda nesses países, que apresentam aspectos similares aos da Região Nordeste.

O Banco Mundial e o Banco do Nordeste, em reunião realizada em Fortaleza, em novembro de 1996, decidiram iniciar um processo de cooperação para implementação conjunta de um programa de desenvolvimento local integrado a sistema de microcrédito. A proposta baseava-se na constatação de que a atividade produtiva informal de pequeno porte, centrada no núcleo familiar e notadamente nas pequenas propriedades, não estava sendo plenamente atendida pela ação de financiamento do Banco, em função principalmente das restrições decorrentes da regulamentação do sistema bancário brasileiro para operações dessa natureza. Frente a essa demanda, criou-se o **Programa Crediamigo** e tendo em vista os resultados até então alcançados, conclui-se que o Programa está bem concebido. A seguir, é apresentada a tabela de causas do problema e suas respectivas ações:

Causa	Ação
Microempreendedores sem acesso ao crédito	Financiamento ao microempreendedor
Setor informal sem capacitação empresarial	Microempreendedor capacitado

Implementação O **Crediamigo** é um Programa extra-orçamentário cujas metas financeiras voltam-se para a aplicação de recursos junto a microempreendedores, especialmente na concessão de empréstimos. 99,2% dos recursos do Programa têm esta finalidade, enquanto o restante é destinado à capacitação dos clientes.

Desde sua criação, o **Crediamigo** vem construindo, ano a ano, parcerias fundamentais para a continuidade de sua atuação, seu bom desempenho e garantia de crescimento. Além da parceria com o Governo Federal, o Programa angariou o apoio do Banco Mundial, que, em 2000, assinou contrato de empréstimo garantindo US\$50 milhões à expansão do **Crediamigo**, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no contrato de US\$30 milhões, da Agência Alemã de Investimentos - DEG no empréstimo de 15 milhões de euros e do Grupo Consultivo de Assistência à Pobreza (CGAP) na identificação de soluções que permitam atender um maior número de pessoas na Região Nordeste.

O **Crediamigo** lançou um novo produto em 2001. O Capital para Investimento Fixo destina-se aos clientes do programa cujas necessidades de capital de giro já estejam satisfeitas em certa medida e que desejem fazer investimentos nas instalações, comprar ativos fixos ou aumentar o espaço físico do negócio.

Entre as ações que resultaram em produtos ou serviços oferecidos aos clientes do **Crediamigo** no período requisitado, destacam-se as duas aulas-oficinas realizadas, que reuniram cerca de 35 mil microempreendedores nas nove capitais do Nordeste, e que prestaram informações sobre o funcionamento do Programa e abordaram temas como comercialização de produtos e serviços, a importância do autodesenvolvimento do empreendedor e o atendimento ao cliente.

Com a definição de sua política ambiental, o **Crediamigo** disponibilizou treze guias de práticas ambientais racionais relacionadas a atividades de comércio, indústria e prestação de serviços. O Programa mobilizou as comunidades dos 1.983 municípios de sua atuação através da abordagem do tema Microfinanças e Agenda 21 em um de seus principais instrumentos de interação com a comunidade: o Farol do Desenvolvimento. A promoção de oficinas temáticas faz parte da filosofia do Programa, visando levar um aporte conceitual para disseminação entre os participantes, proporcionando oportunidades de capacitação e troca de experiências. Na oficina sobre microfinanças, os participantes são convidados a discutir e apresentar contribuições relacionadas com: "o desenvolvimento das microfinanças enquanto estratégia de redução das desigualdades sociais e a Agenda 21 do município" e a "articulação para o desenvolvimento de oportunidades de capacitação do setor informal", além de outros assuntos colocados pela comunidade.

O **Crediamigo** disponibiliza, desde sua criação, instrumentos de fácil acesso que permitem uma interação constante com a sociedade. A comunidade pode colher informações e sugerir mudanças através da linha gratuita do Cliente Consulta (0800.703030) e fazer valer sua opinião no Fórum de Clientes do Banco do Nordeste. Outra forma de participação está nos próprios balcões de atendimento da rede do Programa, instalados sob a forma de agências, postos e pontos de apoio, além das visitas sistemáticas realizadas por assessores do **Crediamigo** a um número cada vez maior de municípios da região de atuação do Banco. Ressaltem-se, ainda, as pesquisas de satisfação realizadas, determinantes na adaptação do Programa às necessidades dos clientes ativos e potenciais.

Como se vê, o envolvimento da sociedade com o **Crediamigo** é alto, como mostram as pesquisas de satisfação do programa, e crescente, à medida que o programa se expande. Em abril de 2001, uma auditoria do Tribunal de Contas da União aferiu uma satisfação superior a 90% junto aos clientes do Estado da Paraíba. A satisfação mantém-se até mesmo entre os que já deixaram o Crediamigo: 93% recomendariam o programa a outros microempresários. A maioria absoluta dos clientes ativos (98%) estão satisfeitos com o serviço prestado pelo assessor de crédito.

Além do TCU, uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas - Ipespe também é reveladora da influência do **Crediamigo** junto à sociedade. Mais de 90% dos clientes pesquisados nos nove estados do Nordeste consideram o Programa decisivo para o bom desempenho do seu negócio e para a geração de emprego e renda nas localidades onde ele está presente. Cerca de 95% consideram o acesso ao crédito ótimo e bom, e 96% estão satisfeitos com o atendimento que recebem.

Vale destacar que se encontra em fase de preparação uma avaliação sócio-econômica que medirá os impactos do **Crediamigo** na sociedade e subsidiará o Programa na identificação de controles sociais que permitam alcançar objetivos de melhoria de qualidade de vida, geração de emprego e renda e estimular a inserção social do indivíduo através do exercício da cidadania. Porém, para o Programa, não se verificou um esforço de capacitação ao longo do período de 2000 a 2002.

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Resultados O Programa tem por finalidade assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Em 2002, ocorreu uma contração nas principais categorias de emissões primárias e nas distribuições secundárias. O volume financeiro de emissões de ações até setembro apresenta queda de 15% sobre o mesmo período de 2001. As distribuições secundárias apresentam queda semelhante, de 13%. Mais significativa é a queda de 36% nas emissões de instrumentos de crédito; é ela a principal responsável pela projeção de menos de 10% para o indicador do PPA de 2002.

Na segunda metade da década de noventa, o financiamento das companhias abertas no mercado de capitais deu-se majoritariamente via crédito: debêntures e notas promissórias foram responsáveis, na média, de 1995 a 2001, por 77% do volume financeiro total de emissões primárias. A queda nesse volume, em 2002, explica-se, em grande medida, pela volatilidade observada nos mercados brasileiros neste ano, devido a incertezas de toda ordem, em especial a desaceleração da economia norte-americana. A depreciação cambial e movimentos localizados de venda de ativos por fundos de investimento impactaram na estrutura a termo das taxas de juros, com reflexos em diversos setores. No mercado de capitais, observou-se a suspensão de diversas emissões primárias de títulos de crédito: debêntures e notas promissórias.

Relativamente à capitalização das companhias abertas no mercado secundário, expressa como um percentual do produto interno bruto, é possível observar que essa relação varia numa amplitude significativa de 10% no período de 1999 a 2002, variação explicada, em grande parte, pela elevada volatilidade verificada no atual contexto.

Ademais, o número de acessos a *home-page* da CVM superou em muito o esperado. O comportamento observado se deve, em grande parte, à enorme ampliação da diversidade e quantidade de informações que se tornaram disponíveis no *site*.

O crescimento da Taxa de Andamento dos Processos Administrativos da CVM no período de 2000/2001 (11,8% e 12,5%, respectivamente) se deve, principalmente, à implementação do procedimento denominado Termo de Acusação que, ao permitir a simplificação do rito processual, faz com que processos que estariam ainda, possivelmente, aguardando a instauração como inquéritos administrativos, - o que requer, inclusive, a designação de uma Comissão de Inquérito - possam ser mais rapidamente iniciados, provocando o aumento do número de processos em andamento. O resultado alcançado em 2002, de 16,41% é o reflexo do movimento de expansão dos Termos de Acusação, somado a um ritmo de finalização que possivelmente foi menor do que o esperado para esse novo procedimento.

Gerente:

Ana Maria da França Martins Brito

Além dos resultados dos indicadores acima analisados, são dignos de destaque outros resultados do Programa alcançados até 2002:

- implementação do processo de Certificação de Agentes Autônomos de Investimento
- assinatura de Contrato de Empréstimo para Assistência Técnica, com o BIRD, que prevê estudos, atualização de normas, reaparelhamento, treinamentos etc.
- edição e distribuição de Cadernos de Orientação aos Investidores no âmbito do Prodin - Programa de Orientação e Defesa do Investidor;
- explicitação da regra de marcação a mercado dos títulos de crédito integrantes da carteira dos fundos de investimento financeiro, realizada em conjunto com o Banco Central, bem como a realização de fiscalizações naqueles fundos, em decorrência das novas atribuições que lhe foram cometidas, em decorrência das alterações introduzidas na Lei nº 6.385/1976;
- divulgação das carteiras dos fundos de valores mobiliários na internet; e
- aprimoramento da estrutura regulatória do mercado de valores mobiliários, através da edição, entre outras, das Instruções CVM Nº 358/2002 (regras e vedações relacionadas com o possível uso indevido e privilegiado de informações relevantes, em detrimento do interesse dos acionistas e da própria companhia), Instrução CVM Nº 361/2002 (dispõe sobre oferta pública para aquisição de ações), Instrução CVM Nº 376/2002 (estabelece normas e procedimentos a serem observadas nas operações realizadas em bolsas e mercado de balcão organizado por meio da rede mundial de computadores).

São dignos de destaque, ainda, importantes resultados do Programa alcançados até 2001:

- a Reforma da Lei das Sociedades por Ações e concessão do status de Agência Reguladora à CVM, com mandato fixo para seus dirigentes, autonomia orçamentária e financeira;
- a atualização do Sistema de recebimento de informações das SA's - Safian que permite o envio de informações pela internet;
- a implementação dos Termos de Acusação;
- a digitalização dos Pareceres Jurídicos, desde 1978 (disponíveis no *site*), bem como de todos as decisões do Colegiado aos recursos apresentados pelos participantes de mercado contra decisões das áreas técnicas;
- o início da implementação da CVMWeb e da contratação da Fipecapi, permitindo o recebimento das informações de Fundos de Valores mobiliários, via internet e o desenvolvimento de ferramentas que aperfeiçoarão o acompanhamento das atividades dos fundos de investimento fiscalizados pela CVM - o aprimoramento da estrutura regulatória do mercado de valores mobiliários, através da edição, entre outras, da Instrução CVM Nº 356/2001 (regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimentos em direitos creditórios e fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos creditórios).

Para o ano de 2003, com o objetivo de aprimorar sua ação de acompanhamento do mercado, estão previstas diversas iniciativas visando agilizar os procedimentos, ampliar e melhorar a qualidade atividades já desenvolvidas por esse órgão e, principalmente, para a supervisão de mais 5 mil fundos de investimento e das negociações dos contratos na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), decorrente de suas novas atribuições especificadas na Lei nº 10.303/2001, de 31/10/2001.

Entre outras iniciativas, a contratação de mais analistas e inspetores, e, conforme previsto na Ação Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de Atuação, a contratação de consultoria para o desenvolvimento de sistemas mais aperfeiçoados de acompanhamento de mercado (Bovespa e BMF) e para o desenvolvimento de manuais de inspeção que serão instalados em *note-books* utilizados nas inspeções realizadas em campo.

As novas atribuições da CVM, definidas em lei, também determinarão vários outros resultados esperados para o ano 2003. Entre eles, pode-se citar a continuidade dos esforços de regulamentação da nova lei, com novas modalidades de investimento, aperfeiçoamento das regras existentes sempre com vistas à simplificação e aperfeiçoamento de seus objetivos, assim como a ampliação do esforço de divulgação de decisões administrativas, orientação ao público e atendimento às reclamações e consultas ao investidor e público em geral. Esse conjunto de fatos deverá ser levado em consideração quando da reavaliação das metas para 2003.

Concepção

A despeito dos avanços obtidos na regulação e supervisão do mercado de valores mobiliários, desde a instituição da Comissão de Valores Mobiliários, esse mercado ainda não desempenha plenamente o papel decisivo para o qual está vocacionado: a promoção do crescimento econômico sustentado. Dada a reconhecida importância do sistema financeiro para o desenvolvimento do país e para a redução da pobreza, o programa foi estruturado com o propósito de induzir, através de uma atuação governamental coordenada e eficaz, as condições macro e microeconômicas favoráveis ao investimento por meio de valores mobiliários, instrumento natural de canalização da poupança para o investimento produtivo.

O Programa tem como justificativa a necessidade de se aumentar a taxa de poupança doméstica da economia. Diversas causas são apontadas para o problema e, sobre algumas, a CVM não tem poder de atuar, de fato ou de direito. As crises internacionais, por exemplo, induzem efeitos negativos no investimento em bolsas de valores, não apenas por um menor influxo de investimentos estrangeiros, mas também pelo impacto nas expectativas dos investidores domésticos. Outras variáveis, como inflação, taxa de juros, taxa de câmbio etc., também influenciam o comportamento do mercado, independentemente da atuação do órgão regulador do mercado de valores mobiliários.

Além dessas variáveis, que influenciam diretamente o problema, outros fatores vêm sendo apontados como cruciais para a definição do patamar de desenvolvimento de um mercado de capitais. A experiência internacional aponta, por exemplo, a política de governança corporativa praticada pelas companhias, voluntariamente ou por força legal, o tratamento tributário dispensado aos investimentos de risco, o nível de desenvolvimento dos intermediários financeiros, a estrutura de financiamento do sistema de seguridade social e o grau de autonomia e de fortalecimento do órgão regulador e fiscalizador, entre outros. Tais fatores assumem especial importância num ambiente de globalização dos fluxos financeiros, em face de permitir um certo grau de competição internacional, pois os ambientes de negociação estrangeiros, também por terem maior liquidez, apresentam menores custos de transação e captação.

Em virtude desses desafios, o Programa sofreu algumas adaptações. O aspecto de fortalecimento institucional, com o propósito de dar ao órgão melhores condições para regular e supervisionar o mercado desenvolveu-se na esteira da reforma da Lei n° 6.385/1976, que modificou a estrutura da CVM - agora com a feição de agência reguladora, e da Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/1976), esta induzindo, também, novas responsabilidades para a autarquia.

Com o apoio do BIRD foi estruturado um projeto de fortalecimento institucional, financiado por meio de assistência técnica, inserindo-se novas ações no Programa. O treinamento dos servidores, no entanto, continua aquém do necessário, nem sempre acompanhando a evolução observada no mercado fiscalizado.

Merece menção, ainda, entre as adequações do Programa, a proposta de criação de um projeto para o estudo e prospecção de novos mercados, como derivativos de energia, *commodities* ambientais, *venture funds* etc. Essa iniciativa decorreu da percepção de que há um imenso potencial de desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento do investimento produtivo, muitos já sendo implantados diretamente pelo mercado, mas ainda sem uma adequada estrutura regulatória, o que pode desestimular seu crescimento. Além disso, dado o ineditismo de alguns projetos, faz-se necessário que o órgão regulador possua os conhecimentos necessários e adequados desses segmentos, para o que seria necessário mais pessoal e treinamento adequado.

Alguns outros produtos são desenvolvidos com recursos do Programa, mesmo não sendo computados, diretamente, nas metas de cada uma das ações. O intercâmbio de informações com órgãos governamentais nacionais e estrangeiros, dentro de acordos ou convênios de cooperação, vem assumindo importância crescente, pois a complexidade das negociações e o caráter transfronteiriço dos investimentos exigem a atuação interdisciplinar e interjurisdições. No país, merece destaque a participação da CVM no COAF, com vistas a dar efetividade à repressão aos ilícitos financeiros, em especial os crimes de lavagem de dinheiro. Também junto às Agências como Aneel, ANP, Anatel, Ancine, que são responsáveis por regulação e fiscalização de setores onde atuam companhias abertas, a CVM busca trabalhar em cooperação para melhor desempenho de suas atribuições.

A atuação no âmbito parlamentar, assessorando tecnicamente as instituições parlamentares na discussão e na implementação das necessárias reformas no ordenamento jurídico relacionado ao mercado de capitais, constitui um esforço de grande envergadura e, ainda que não representado diretamente no PPA, os resultados obtidos podem ser fundamentais para os objetivos do Programa. Merece destaque a aprovação da reforma do marco legal das sociedades por ações, com a introdução de instrumentos que deverão contribuir para o aumento da confiabilidade do mercado doméstico. Em continuação, participa-se da discussão de outro projeto em andamento, é o da reformulação e modernização da Lei das Sociedades por Ações, especificamente das regras contábeis e demonstrações financeiras de modo a tornar possível a sua modernização e adequação aos padrões internacionais.

Ainda se faz necessário o desenvolvimento de um planejamento de longo prazo de atuação do Programa, com as providências necessárias ao desenvolvimento do mercado de capitais nacional. Alguns resultados se apresentam apenas após uma certa maturação, pois dependem da confiança dos investidores no mercado, na eficiência do sistema de distribuição, na transparência, na fidedignidade dos registros, nas informações prestadas pelos participantes, intermediários e ambientes de negociação e na capacidade de o órgão regulador identificar, apurar e punir ilícitos tempestivamente. Esta confiança resulta, portanto, de uma avaliação histórica do comportamento e da evolução daquele mercado, bem como, da atuação governamental.

Muitas das iniciativas necessárias à correção dos entraves ao pleno desenvolvimento do mercado de valores mobiliários são de competência de outros órgãos do Ministério, como o Banco Central, a Secretaria da Receita

Federal e a Susep. Apesar do expressivo incremento no grau de articulação entre os órgãos adquirido nos últimos anos, ainda é necessário trabalhar na implementação coordenada, em termos de política econômica, fiscal e administrativa, das medidas que contribuam decisivamente para o desenvolvimento desse mercado.

Relativamente ao poder regulamentar, um dos aspectos que merece maior destaque é o mecanismo de audiência pública. Essa prática, da qual a CVM foi pioneira desde o início de suas atividades, no final dos anos setenta, foi ampliada nos anos recentes, garantindo não apenas maior transparência ao processo de elaboração das normas da Comissão, mas também maior eficiência, ao criar oportunidade para correção de imprecisões e preenchimento de lacunas, o que gera maior legitimidade às regras estabelecidas.

No âmbito de educação e orientação ao público, no caso o investidor, nos últimos anos houve um amadurecimento do Programa Prodin, consubstanciado em ação própria do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários. Inicialmente estruturado com a criação de uma superintendência destinada exclusivamente ao recebimento e tratamento das denúncias, dúvidas e solicitações de informações, a experiência obtida forneceu lições que permitiram um tratamento mais uniforme e organizado dessa atividade, bem como, uma melhor coordenação dos recursos disponíveis ao atendimento dessa necessidade da sociedade.

A contratação de uma Central 0800, com sistema de informações simultaneamente disponível, via página da CVM na internet, além do desenvolvimento e distribuição, de publicações educativas e informativas, bem como a realização de visitas e palestras em universidades e reuniões com investidores, fora do eixo RJ-SP, vêm contribuindo para a plena aceitação da atividade, firmando-a como indispensável aos objetivos da CVM.

No âmbito da fiscalização, a celebração de convênios para intercâmbio de informações com outros órgãos, vem colocando à disposição do órgão, apesar dos escassos recursos, meios adicionais e eficazes de acelerar os processos de investigação, especialmente quando as negociações ou condutas envolvidas possuem repercussão em áreas em que a CVM não possui competência legal para investigar.

Adicionalmente, a CVM, objetivando dar transparência a sua atuação e formar uma jurisprudência, passou a divulgar as atas de reuniões e julgamentos realizados pelo Colegiado. No mesmo sentido, deve ser ressaltado que os julgamentos das pessoas acusadas por irregularidades cometidas no mercado de valores mobiliários, a partir da alteração da Lei 6385/1976, são realizados em sessões abertas ao público.

Implementação

A despeito da economia obtida em algumas ações, a CVM sofreu com restrições orçamentárias em algumas atividades, as quais ensejaram pedidos de créditos adicionais, normalmente por meio de fonte compensatória. O tempo para aprovação dessas alterações, no entanto, impediu a execução de algumas licitações, assim como inviabilizou a aquisição de materiais importantes, como a aquisição de veículos para as atividades de fiscalização.

A quantidade de técnicos é claramente insuficiente para atender às necessidades de regulação e fiscalização do mercado. Setores importantes, com elevada responsabilidade e demanda por parte do mercado e da sociedade, muitas vezes possuem apenas dois analistas, dificultando a cobertura sobre as condutas praticadas pelos agentes do mercado. O número de servidores situa-se em patamar próximo ao de 25 anos atrás, quando o mercado era muitas vezes menor e as responsabilidades da CVM bem mais restritas. Essas questões

mostram-se ainda mais preocupantes em virtude da recente expansão das atribuições legais da CVM, decorrentes da ampliação do conceito de valor mobiliário, este sujeito à regulação do órgão.

O ritmo de treinamento não tem conseguido acompanhar as necessidades de atualização do corpo técnico. Some-se a isso o fato da existência de um reduzido número de técnicos ter inviabilizado, não raramente, a liberação desses para treinamento. Vale ressaltar que o mercado de valores mobiliários tem a peculiaridade de absorver rapidamente novas tecnologias, cada vez mais complexas, em razão do que o tempo de formação de um servidor da Comissão de Valores Mobiliários vem aumentando de forma proporcional. Assim, além da ampliação do corpo técnico, faz-se necessária uma maior integração internacional com outros órgãos reguladores, em especial na área de mercado de capitais, que permita a absorção de conhecimento de países que possuam mercados mais maduros.

O Programa sofreu algumas restrições durante sua execução, algumas imputáveis ao tempo muitas vezes excessivo demandado por alguns processos licitatórios. Nesse particular, o atual diploma legal que regula licitações e contratos públicos permite o uso, por parte dos fornecedores, dos recursos e prazos estabelecidos pela lei com o fim meramente protelatório. A adoção do pregão, mais recente, introduziu uma maior eficiência nos certames, além de economicidade, mas ainda não pode ser utilizada para todos os tipos de despesa.

O contingenciamento orçamentário de 2002, também teve reflexo importante na execução do Programa. O número insuficiente de técnicos, ao mesmo tempo, não permitiu a execução de todas as iniciativas planejadas, com impactos, também, na execução financeira. A pouca flexibilidade de alteração das dotações orçamentárias, exigindo o processamento de créditos suplementares apenas para alteração de rubricas, também inseriu atrasos no cronograma, especialmente pelo fato de alguns pleitos serem atendidos apenas no final do exercício, sem tempo hábil para permitir a contratação do serviço ou bem pretendido.

A redução do volume de recursos financeiros liberados ao longo do ano de 2002 obrigou a CVM a reformular algumas ações inicialmente planejadas. Entre as principais ações afetadas encontram-se as ações Reforma e Ampliação da CVM e Estudos Prospectivos para o Desenvolvimento de Novos Mercados. No caso da primeira, sua execução foi muito aquém do desejado, e a segunda, nem foi iniciada. Esta insuficiência de recursos impediu, também, a aquisição de um novo andar no edifício-sede, bem como a reformulação de alguns andares da sede e da Delegacia de São Paulo, necessários para a alocação de servidores a serem contratados no próximo concurso, que se justifica pelo já dimensionado aumento de atribuições desta Comissão.

Não obstante o cumprimento das metas físicas definidas para a Ação Sistemas Informatizados da CVM, não foi possível adquirir alguns equipamentos de informática para expansão e substituição de alguns que estão tecnologicamente defasados ou danificados (servidores, microcomputadores e impressoras), necessários para, principalmente, permitir a expansão dos bancos de dados, atender a demanda dos usuários internos e externos, inclusive para agilizar o acesso à *home page* da CVM, atualmente muito lento.

Quanto às Ações Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários e Orientação e Defesa aos Investidores - Prodin, apesar de terem superado a meta física, não ocorreu um aumento proporcional nas despesas. Isto porque que nem todas as atividades relacionadas a estas ações estão representadas na meta física. A superação deu-se, em muitos casos, através da utilização de recursos disponíveis na própria CVM.

Ademais, as restrições orçamentárias comprometeram a realização de algumas atividades, tais como inspeções em campo, edição da Revista CVM, realização de palestras em diversas universidades no Brasil e intensificação da cooperação e intercâmbio de informações entre diversos órgãos governamentais, entidades de mercado nacionais e internacionais.

Com relação às Ações Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais, os recursos liberados permitirão que seja iniciada a execução, em 2003, de alguns dos componentes planejados.

Vale ressaltar que, dentro de tal contexto, a área de informática, em especial, carece de investimentos, tendo em vista que a CVM, no exercício de suas atribuições, prioriza a fiscalização indireta, o que demanda grandes investimentos em equipamentos e desenvolvimento de sistemas de recebimento, armazenamento e processamento de informações dos diversos agentes sob sua jurisdição.

Conforme já ressaltado, as novas atribuições recebidas pela CVM trouxeram, como conseqüência, a necessidade de reformar e ampliar o espaço físico de suas instalações, não apenas da sede da Autarquia mas também de sua Superintendência Regional de São Paulo, ações essas que também demandam recursos para a sua concretização. O Programa sob a responsabilidade da CVM sofreu algumas alterações consideradas bastante positivas, seja na reestruturação das ações, ou na definição dos seus produtos, como também através da inclusão de 2 (duas) ações, permitindo a alocação de recursos para estudos e capacitação a serem realizados com recursos do projeto com o Banco Mundial e com o BID. Destaca-se, portanto, as seguintes alterações:

- até 2001 havia uma ação denominada reaparelhamento e modernização da CVM, que incluía tanto a obra nas instalações da sede da autarquia, no Rio de Janeiro, quanto o plano de desenvolvimento do MVM, atinente à construção de uma infra-estrutura de informática na sede e nas regionais de São Paulo e do Distrito Federal. Em 2002, esta ação foi reformulada, desdobrando-se nas ações reforma e ampliação das instalações da CVM, que se refere às obras a serem executadas, e sistemas informatizados da CVM, que passou a contemplar toda a infra-estrutura de informática necessária ao cumprimento de suas atribuições.
- A ação Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores resultou da transformação da Ação Regulamentação e Ordenamento do Mercado de Valores Mobiliários, cujo produto era norma publicada que foi substituído por informação disponibilizada (medido através de *megabyte*). Este novo produto reflete mais claramente a atuação da CVM no sentido de propiciar transparência aos seus atos e às informações disponibilizadas, principalmente, pelas companhias abertas e pelos fundos de investimentos.

Os projetos a serem realizados pela CVM, com o apoio do Banco Mundial, previstos para 2003, se referem à Tecnologia da Informação, Supervisão de Mercado, Elaboração de Manuais de Inspeção e Procedimentos; Aquisição de *Note-books* e Capacitação dos Servidores.

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

O Programa foi criado em função da necessidade de se assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional. E, portanto, está diretamente ligado ao macroobjetivo 1, "Criação de um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento sustentável". Os principais resultados alcançados no período de 2000 a 2002 foram:

- implementação de ferramentas de análise, avaliação de risco, de acesso e compartilhamento de informações no âmbito da área de fiscalização do sistema financeiro nacional, segundo princípios e práticas adotados internacionalmente;
- implementação de nova sistemática de acompanhamento/monitoramento das instituições financeiras sob regime de administração especial;
- implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro;
- autorização de funcionamento de instituições em boas condições técnicas e patrimoniais e da retirada do sistema de instituições que poderiam vir a trazer problemas para o mercado financeiro;
- concessão e autorização de funcionamento de 234 novas cooperativas e de 25 sociedades de crédito ao microempreendedor e contratação de novas casas lotéricas como correspondentes bancários, além de autorização para instalação de terminais eletrônicos em localidades onde não existem agências bancárias;
- criação do código de defesa do consumidor bancário;
- imposição de limites de risco aos quais as instituições financeiras devem se submeter e de avaliações eficazes e tempestivas da situação econômico-financeira das instituições;
- combate aos crimes contra o sistema financeiro nacional, notadamente àqueles relacionados à "lavagem" de dinheiro. Nessa linha, foi elaborado questionário, distribuído a 204 bancos, para avaliação de providências por eles já adotadas em face das disposições da Lei nº 9.613 e da Circular 2.852. Paralelamente, foram desenvolvidos trabalhos em Inspeções Globais Consolidadas (IGCs), para avaliar o sistema informatizado de detecção e de seleção de operações suspeitas e os procedimentos adotados pelo banco para tratamento das ocorrências;
- reestruturação do sistema financeiro nacional por meio de fusões, cisões e liquidações de instituições financeiras públicas e privadas, mediante soluções adotadas pelo próprio mercado;
- recuperação de créditos do Banco Central da ordem de R\$ 3,6 bilhões junto às empresas liquidandas, sendo a quase totalidade relativos a operações no âmbito do Proer Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro;
- capacitação de servidores, realização de estudos e disponibilização de equipamentos voltados para o aperfeiçoamento da atuação do Banco Central junto ao sistema financeiro nacional.

Gerente:

João Antônio Fleury Teixeira

Com relação às dificuldades, podem-se citar problemas de ordem administrativa relacionados a processo licitatório, que acarretaram dificuldades para a construção do edifício do Banco Central em Curitiba.

Além disso, contingenciamentos orçamentários e financeiros e liberação de créditos adicionais de forma intempestiva dificultaram a implementação de algumas ações do programa.

Em outubro de 2001, houve a substituição do gerente Sr. Antônio Carlos Monteiro, pelo Sr. João Antônio Fleury Teixeira, e da equipe de assessoramento ao gerente.

Concepção O Programa foi criado como forma de responder a uma demanda do governo e da sociedade por um sistema financeiro nacional sólido, eficiente, eficaz e efetivo, e que estivesse compatível com o nível das melhores práticas internacionais.

Foram identificadas oito aspectos da demanda:

Causa	Ação
Necessidade de monitoramento do risco sistêmico, evitando focos de deterioração do SFN;	Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional;
Necessidade de recursos informatizados atualizados;	Sistema de Informações do Banco Central - Sisbacen;
Necessidade de controle da composição do Sistema Financeiro Nacional;	Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional;
Necessidade atendimento à crescente demanda por troca de numerário;	Adequação das instalações dos edifícios do Banco Central;
Necessidade de normatização para o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional;	Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional;
Necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação do Banco Central;	Capacitação para aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional Estudos para aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional Aquisição de equipamentos para aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional;
Necessidade de criação de instrumento voltado para proporcionar maior segurança e estabilidade do Sisbacen.	Realocação do Centro de Serviços de Informática - CSI alternativo.

Levando-se em consideração as alterações promovidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), constantes do Projeto de Lei de Orçamento para 2003, para o exercício de 2003, nas ações que compõem o Programa, nos produtos e metas físicas dessas ações, considera-se que o Programa está bem estruturado. Observam-se, entretanto, algumas alterações dignas de nota ao longo do período: 1) a ação Aquisição de Carteiras Imobiliárias de Instituições Financeiras em Liquidação que constou do PPA - Exercício 2000, foi excluída do PPA - Exercício 2002, tendo em conta que, de acordo com a nova política da CAIXA, tais carteiras imobiliárias não seriam mais adquiridas pela instituição; 2) a fusão, em 2002, das Ações Regulamentação do SFN" e "Ordenamento do SFN foi considerada inadequada, tendo em conta que se trata de ações distintas, com produtos diferenciados. Foi solicitado o desmembramento dessas duas ações para o exercício de 2003, tendo sido contemplado no Projeto de Lei do Orçamento para 2003.

Porém, sugere-se que cada ação que compõe o Programa seja objeto de um plano de ação, com metas, prazos e responsáveis, de modo a facilitar sua execução, acompanhamento e avaliação. Essa organização dos trabalhos seria

feita no âmbito da gerência. De tal modo, que a implementação do Programa seria facilitada pela atuação do gerente no sentido de promover a articulação entre as unidades administrativas envolvidas no desenvolvimento das ações.

Vale destacar algumas ações que mais contribuíram para o alcance dos resultados: Ação: Regulamentação e Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional: O esforço de adaptação das normas e práticas brasileiras a padrões internacionalmente reconhecidos resultaram em avanços no aprimoramento e na consolidação de normativos e de funcionamento das instituições, destacando: 1) revisão e atualização das normas que tratam de concessão de autorização para funcionar e de transferência de controle de instituições financeiras, de forma a permitir análises e exigências mais abrangentes; 2) revogação de 781 normas com o objetivo de facilitar e agilizar a consulta e a pesquisa das normas vigentes, por parte das instituições financeiras; 3) revisão dos normativos, com vistas a facilitar a atuação da fiscalização; 4) inovações no sentido de tornar indispensável, para o desempenho da função de agente autônomo de investimento, o registro na Comissão de Valores Mobiliários, a obrigatoriedade de aferição de conhecimentos por entidade certificadora e a exigência de contrato com instituição integrante do sistema financeiro; 5) estabelecimento de critérios mais objetivos e rigorosos que permitam que os créditos tributários reflitam com maior fidedignidade a geração de benefícios futuros; 6) exigência de implantação de sistemas de controles internos pelas empresas administradoras de consórcios; 7) atualização do sistema Central de Riscos de Créditos; 8) melhoria das condições para aquisição da casa própria, com a edição de normas voltadas para o aprimoramento do Sistema Financeiro de Habitação; 9) edição de normativo com vistas a facilitar a abertura de contas de depósitos nos bancos pela população de baixa renda; 10) autorização às instituições financeiras para abertura de Postos de Atendimento Bancário eletrônico em qualquer localidade do País; 11) aprovação de norma que possibilita a formação de cooperativas de crédito de pequenos empresários.

Ação: Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional: 1) aprimoramento dos padrões de fiscalização e de supervisão do sistema financeiro; adoção de procedimentos de avaliação do gerenciamento das instituições financeiras, de forma a minimizar os riscos de perdas com quebras de bancos e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central; 2) análises sistemáticas da situação patrimonial das instituições do sistema financeiro, simulações e cenários em função de tendências no comportamento das variáveis macroeconômicas e avaliação dos impactos das mudanças; 3) implantação do sistema Expectativa de Mercado, que tem por objetivo gerar relatórios sobre previsões do mercado sobre índices econômico-financeiros; 4) implantação do Sistema Alerta de Ilícitos Financeiros, com o objetivo de rastrear dados sobre ilícitos cometidos pelas instituições financeiras; 5) disponibilização ao público e ao sistema financeiro de informações tempestivas para auxiliar na tomada de decisão e no gerenciamento de riscos.

Ação: Sisbacen: 1) implantação do Sistema de Registro de Atendimentos e Reclamações para facilitar o gerenciamento dos atendimentos de denúncias e reclamações dos cidadãos; 2) agregação de novas bases de informações na página do Banco Central na internet; 3) desenvolvimento parcial do sistema de informação que permitirá aos clientes consultar e monitorar os dados de serviços referentes a capital estrangeiro e câmbio; 4) desenvolvimento parcial do sistema Cadastro de Cheques sem Fundo, que tem por objetivo manter base de informações sobre emitentes de cheques sem fundo; 5) desenvolvimento parcial do sistema Cadastro de Dados do Banco Central, com o objetivo de organizar

o acervo institucional de informações, facilitando a consulta por parte das instituições financeiras; 6) implantação do Sistema de Informações Financeiras Trimestrais, que recebe informações das instituições, possibilitando livre consulta via internet; 7) disponibilização para a sociedade de séries temporais (informações econômico-financeiras, indicadores de conjuntura, estatísticas do Mercosul, informações macroeconômicas padronizadas) disponíveis no sítio do Banco Central na internet; 8) implementação de ferramentas de análise, avaliação de risco de acesso e compartilhamento de informações da área de fiscalização; 9) desenvolvimento parcial do Sistema de Acompanhamento de Instituições Financeiras em Regimes Especiais; 10) implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro; 11) implantação do sistema Estatísticas Bancárias Internacionais, com o objetivo de captar informações remetidas pelas instituições financeiras e geração de relatórios para atendimento ao *Bank for International Settlements*; 12) desenvolvimento parcial do sistema Multas de Importação Financiada sobre parcelas vencidas de Declaração de Importação, com o objetivo de gerar, monitorar, contabilizar e consultar multas relativas ao mercado de câmbio e à gestão do fluxo de capitais estrangeiros.

Para 2003, espera-se manter a estabilidade do sistema financeiro, mediante 1) o aperfeiçoamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro; 2) acompanhamento do desenvolvimento tecnológico, dotando o Banco Central de recursos compatíveis com os padrões internacionais; 3) conclusão e implantação do sistema Central de Risco, com o objetivo de prover o Banco Central de informações precisas e sistemáticas sobre as operações de crédito contratadas pelas instituições financeiras, com o propósito de proteger os recursos depositados pelos cidadãos nestas mesmas instituições; 4) conclusão e implantação de sistemas ora em desenvolvimento e implementação de novas ferramentas para a área de fiscalização, segundo princípios e práticas adotados internacionalmente.

Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur II)

Resultados

O **Prodetur/NE II** tem como finalidade melhorar a qualidade de vida da população permanente dos pólos turísticos. Objetiva apoiar os investimentos e ações para gerar renda turística e assegurar que os governos municipais possam receber parte desta renda para gerirem eficazmente os investimentos e fluxos de turismo em benefício da população permanente. O Programa está alicerçado na premissa maior de completar e complementar o **Prodetur/NE I**, focalizando principalmente a sustentabilidade/otimização dos investimentos públicos em curso e da própria atividade turística. São três os componentes prioritários para o financiamento dos investimentos: fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico; e promoção de investimentos do Setor Privado.

Apesar do **Prodetur/NE II** ainda não estar em operacionalização, durante o período em tela (2000-2002), marcado pelas fases de formatação, negociação, aprovação e contratação, já são notórios os benefícios tanto para o público-alvo do Programa, como para as populações residentes dos Pólos de Turismo. Pode-se citar: 1) planejamento sistêmico, integrado e participativo, por mesorregião; 2) fortalecimento da gestão municipal, pela criação de uma capacidade de gestão administrativa e fiscal adequada aos municípios, antes de qualquer investimento em infra-estrutura; 3) expansão e consolidação de mecanismos estruturados de controle social; 4) compromisso de redução dos passivos ambientais decorrentes do Prodetur/NE I; 5) inclusão de um componente voltado para a promoção de investimentos do Setor Privado.

O ano de 2002 foi, para o Prodetur/NE II, um ano de definição e contratação do Programa, visto que após as fases de concepção e formatação, iniciadas em 1999, houve grandes avanços, entre os quais: a realização da Missão de Negociação do BID, em janeiro; a assinatura do Termo de Compromisso entre Banco do Nordeste e BID, para sua operacionalização, em março; a autorização do Senado Federal, para concessão de garantia da operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste, em abril; a aprovação pelo Senado Federal, da Resolução 026, que trata da concessão de aval da União aos Estados submutuários, para o tipo da operação em questão, em junho; a assinatura do Contrato de Empréstimo no valor de US\$240 milhões, entre Banco do Nordeste e BID, referente à primeira tranche do Prodetur/NE II, em setembro; a realização do Encontro Técnico do Banco do Nordeste com as Unidades Executoras Estaduais - UEE's e a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre Banco do Nordeste e Ministério do Esporte e Turismo para disciplinar as condições de aporte de contrapartida nacional ao Programa, em novembro; e a instalação do Conselho de Turismo do Pólo Costa dos Arrecifes PE em dezembro.

O Nordeste conta com um ambiente propício à expansão responsável e sustentável da sua indústria turística, mormente o crescimento que vem sendo registrado no número do fluxo turístico (contabiliza um aumento de 81%, no período de 1994 a 1999). Ainda no âmbito do **Prodetur/NE I**, estima-se a geração de 3.870 oportunidades diretas/indiretas de ocupação produtiva, a partir da combinação dos investimentos realizados pelo Programa

Gerente:

Marcelo Pelágio da Costa Bomfim

com a iniciativa privada e a chegada de investimentos privados da ordem de US\$10,9 bilhões para o turismo, dos quais já se tem conhecimento da existência de projetos que totalizam US\$6,6 bilhões, com expectativa de incremento desse número em US\$4,3 bilhões, nos próximos dois anos (envolvendo desde o setor informal até os grandes *resorts* e parques temáticos). É esperado que o **Prodetur/NE II**, que diversifica os investimentos e adicionou os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, apresente um resultado no mínimo igual ao que já se verifica em sua primeira etapa.

Os investimentos do **Prodetur/NE** vêm promovendo uma verdadeira revolução no Setor Turismo local. A dinamização da economia é fato, destacando-se o aproveitamento e reaquecimento de importantes atividades, a exemplo dos produtos alimentares e hortifrutigranjeiros, da agropecuária, indústria da construção civil, dos serviços em geral. Enfim, o Programa introduziu um novo cenário na Mesorregião, criando, portanto, uma ambiência favorável e a sua conseqüente consolidação como destino turístico.

Concepção Embora sendo inquestionável o potencial turístico do Nordeste, pois a região reúne num mesmo espaço, biodiversidade, belezas naturais e riqueza histórico-cultural, a região não contava até dezembro de 1994, com um Programa que tivesse uma proposta voltada para o Turismo, de forma orgânica, e apresentava inúmeras deficiências/entraves ao seu desenvolvimento, enquanto território vocacionado para o turismo.

Em 1998, numa ação empresarial que visava atrair, de forma ordenada, os investimentos complementares, e assegurar o desenvolvimento sustentável da atividade, o Banco do Nordeste - BNB, em parceria com os governos estaduais, deu início à estruturação dos Pólos de Turismo, como forma de promover o aproveitamento sustentável da atividade turística via incorporação de paradigmas empresariais e fortalecimento dos elos da Cadeia Produtiva do Turismo, pela potencialização do uso dos recursos públicos, direcionando-os para aquelas localidades que contavam com investimentos em infra-estrutura já realizados, que ganham vida pela instalação de Conselhos. Uma vez instalados todos os Conselhos de Turismo, a proposta é proporcionar a integração desses pólos, possuidores de diferentes atrativos, transformando-os num único produto turístico, detentor de reconhecido padrão e qualidade internacional.

Conseqüência dos animadores resultados de toda essa ação orgânica, a qual vem beneficiando centenas de municípios em todos os estados da Região Nordeste, e a partir da identificação da necessidade de garantir a sustentabilidade das inversões realizadas, foi concebido e formatado o **Prodetur/NE II**, mobilizando US\$ 800 milhões (US\$ 480 milhões de financiamentos e US\$ 320 milhões de contrapartida nacional), em duas tranches de igual valor. O **Prodetur/NE II** tem como finalidade melhorar a qualidade de vida da população permanente dos pólos de turismo e focaliza principalmente a sustentabilidade/otimização dos investimentos públicos em curso e da própria atividade turística.

Vale destacar que o **Prodetur/NE II** é um programa de financiamento do Banco do Nordeste, com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cuja Matriz de Financiamento estabelece a seguinte estrutura de fontes de recursos:

A - Fontes Externas

1. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

	Valor (US\$ Mil)
1a. Tranche	240.000,00
2a. Tranche	240.000,00
Sub total	480.000,00

B - Fontes Internas

1. Contrapartida Nacional (*)

	Valor (US\$ Mil)
1a. Tranche	160.000,00
2a. Tranche	160.000,00
Sub total	320.000,00

CUSTO TOTAL: US\$ 800.000,00

(*) 50% da contrapartida nacional, que corresponde a US\$ 160.000,00, serão oriundos do Orçamento Geral da União - OGU. Os 50% restantes serão aportados por outros órgãos federais, estados e/ou municípios.

A estratégia do **Prodetur/NE II** está desenhada de forma que os investimentos e ações deverão obrigatoriamente ser priorizados nas áreas das municipalidades daqueles pólos de turismo que integraram o **Prodetur/NE I**, ou que de alguma maneira sofreram impacto em sua implantação. O objetivo estratégico é consolidar, completar e complementar todas as ações necessárias para tornar o turismo sustentável nessas áreas, em benefício da população local, antes de sua expansão a novos pólos. Assegurada a execução dessas ações poderão ser incluídos investimentos adicionais nos municípios dos pólos já priorizados e em outros pólos identificados no Estudo de Demanda Regional.

A inserção dos estados e municípios no Programa tomará como base a política de turismo adotada, focada no conceito de pólos de turismo e detalhada em Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - Pdits, validados pelos Conselhos de Turismo que lhes correspondam. Deverá ser elaborado um Pdits para cada Pólo de Turismo, para assegurar o desenvolvimento sustentável do Setor de cada Estado. As Unidades Executoras Estaduais - UEEs prepararão os Pdits consultando as comunidades das áreas de influência, as partes interessadas e o respectivo Conselho de Turismo, para assegurar transparência e consideração aos interesses locais. O Pdits incluirá: definição da área de planejamento e da estratégia de desenvolvimento do turismo; diagnóstico econômico, social, ambiental e demográfico do Pólo, relevante para o Programa; avaliação crítica do provimento de serviços públicos, em termos de infra-estrutura e capacidade administrativa do Estado e governo local; estimativa da demanda atual e aproximação estratégica para identificar a demanda potencial de turistas e previsão de seus impactos; plano de ação incluindo os investimentos públicos e privados necessários para o alcance da estratégia, os custos e os cronogramas para sua implantação, bem como indicadores periódicos de referência. Para

avaliação do Pdits, o Banco do Nordeste será assessorado por empresa de consultoria especializada contratada para este propósito, que apoiará na análise técnica, econômica, social e ambiental. Depois de avaliado e aprovado, os Pdits serão submetidos ao BID para o "de acordo".

Enfim, a concepção do **Prodetur/NE II**, em novos moldes, traz uma inquestionável contribuição para a mudança de paradigmas em relação ao planejamento e gestão da atividade turística regional, experimentada pelos representantes dos estados nordestinos, que agora percebem a força alavancadora da integração e convergência de ações.

Implementação

Estão sendo ultimadas as providências para execução do Programa, especialmente aquelas referentes às condições prévias ao primeiro desembolso do BID, consubstanciadas no Contrato de Empréstimo assinado entre Banco do Nordeste e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, bem como ao primeiro desembolso de recursos de cada Sub-Empréstimo.

Desempenho na Execução Financeira - avaliando o fluxo de recursos financeiros liberados em 2002 e tomando como referência o Decreto nº 4.320/02, é possível afirmar em relação aos recursos de contrapartida nacional alocados pelo Ministério do Esporte e Turismo - MET, que dos R\$ 30.547.000,00 conveniados com os estados (sendo R\$ 3.254.000,00 de responsabilidade estadual), o MET já empenhou um total de R\$ 18.572.000,00, dos quais R\$ 14.786.000,00 já estão liberados.

Os recursos estão sendo aplicados em: elaboração de Pdits; projetos de sinalização turística; implantação de sistema de esgotamento sanitário; conclusão de obras de recuperação de patrimônio histórico; revitalização urbana municipal e urbanização de praias; elaboração de Planos Diretores Urbanos; elaboração de Planos de Estruturação de Unidades Executoras Estaduais; elaboração de estudos de impactos ambientais, incluindo Áreas de Proteção Ambiental - APA's, planos de manejo, planos de gestão ambiental e Centros Receptivos e de Controle de Turismo Ecológico; elaboração de bases cartográficas municipais.

Capacitação da equipe - embora não tenha sido aplicada uma significativa capacitação formal, como forma de esforço de adequação dos integrantes da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa, é possível afirmar que houve sim, uma evolução em decorrência das lições aprendidas no decorrer do processo (considerando tratar-se da mesma equipe desde 1998 - **Prodetur/NE I**), confrontando com as ações realizadas e os obstáculos superados. Constituído-se em uma aprendizagem prática, especialmente sendo trabalhadas as questões afetas a habilidades e atitudes.

Parcerias estratégicas - dada a magnitude e complexidade do **Prodetur/NE II** que envolve uma série de parceiros estratégicos, a forma de articulação com as parcerias é um item essencial para a sua operacionalização, considerando que os diversos entes envolvidos na Matriz de Relacionamento do Programa tem diferentes níveis de entendimento do próprio Programa e por conseguinte graus diferenciados de comprometimento com suas premissas de foco em resultados, transparência e celeridade.

A Matriz de Relacionamento engloba: BID, Banco do Nordeste, Ministérios (Fazenda, Esporte e Turismo, Integração Nacional, Cultura, Meio Ambiente, Educação, Indústria e Comércio Exterior, Transportes, Planejamento, Orçamento e Gestão), Banco Central - BCB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Estados e Municípios (Secretarias e Unidades Executoras Estaduais/Municipais - UEE/UEM) e Conselhos de Turismo dos Pólos.

Todos os obstáculos encontrados no período de concepção, formatação e negociação do Programa, englobando restrições de ordem diversa -

contingenciamento de crédito, necessidade de excepcionalidade do Programa, trâmites processuais para autorização da operação e do aval da União, extensos ritos operacionais do BID, formalização do aporte de contrapartida nacional a cargo do Ministério do Esporte e Turismo - MET, restrições orçamentárias estaduais, conjuntura política (eleições 2002) - foram superados em função de esforço no sentido de mobilizar os parceiros e de convergir ações para o objetivo comum de viabilizar o **Prodetur/NE II**.

No caso específico do **Prodetur/NE II**, considerando que o Turismo é, por sua própria natureza, uma atividade multissetorial, com impactos diretos e indiretos em diversos outros setores econômicos, que se complementam de forma a tornar um destino turístico mais competitivo, identifica-se uma gama variada de programas sinérgicos e co-relacionados, entre os quais podem ser citados aqueles referentes a: desenvolvimento da educação profissional; valorização do idoso e da pessoa portadora de deficiência; saneamento básico; desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas; qualificação profissional do trabalhador; preservação e patrimônio histórico; segurança e qualidade de alimentos; segurança pública; transporte; parques do Brasil; aeroportos.

Gestão do Programa - ressalta-se que o **Prodetur/NE II** é um Programa em que o Banco do Nordeste tem como principal papel viabilizar projetos de ordem turística nos Estados contemplados, a partir de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e acompanhar gerencialmente o Programa, onde os estados atuam como co-executores.

O acompanhamento gerencial *pari passu* do Programa realizado pela Equipe do Banco do Nordeste permite com que os resultados esperados e as metas sejam satisfatoriamente atingidas. Inclusive, vale ressaltar, que durante as Missões do BID realizadas para o início da segunda fase do Programa, ocorreram diversas avaliações, realizadas por empresas de consultorias internacionais, as quais reconheceram os grandes avanços e as realizações do Programa, assim como também sugeriram pontos de melhoria (lições aprendidas), que já foram incorporadas ao desenho do **Prodetur/NE II**. Nesse "novo" Programa, os estados também foram envolvidos no processo de avaliação através da elaboração de seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável - Pdits - quesito prévio para a autorização de desembolso dos recursos - que devem conter as realizações do Programa em sua primeira fase, assim como também os impactos causados por ele, se constituindo assim em ferramenta fundamental não apenas de avaliação do **Prodetur/NE I**, como também mitigadora dos possíveis passivos a serem causados pela segunda etapa. Os cronogramas estabelecidos procuram estabelecer uma lógica de desembolso dos recursos e início das obras físicas do **Prodetur/NE**, inclusive por exigências do BID. Para o adequado acompanhamento do Programa, são realizadas vistorias técnicas pelo Banco do Nordeste nos estados e cabe ainda ao gerente multiplicador o papel de remover os entraves existentes à evolução do Programa.

Restrições - entre outras restrições, pode-se citar: o relacionamento com o BID, que ainda é um organismo extremamente burocrático e inflexível em seus dogmas e rituais técnicos, o que certamente dificulta/retarda o processo de negociação e operacionalização do **Prodetur/NE II**, ao não considerar as distintas realidades locais entre os países e ; a morosidade no fluxo processual para autorização da operação por parte dos Ministérios; a falta por parte dos estados e municípios de maior entendimento dos benefícios advindos do cumprimento de exigências do BID para o Programa, havendo sempre resistência em obedecer o pactuado durante a fase de negociação, além da dificuldade em viabilizar os processos de licitações, necessários para o desenvolvimento do Programa.

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro

Resultados O Programa tem como justificativa a desatualização das regras e mecanismos de controle e fiscalização dos mercados de seguro, resseguro, capitalização, previdência privada aberta, bem como a falta de regulamentação complementar para o controle e fiscalização do mercado de planos de saúde. Dessa forma, espera-se o crescimento e desenvolvimento dos mercados supervisionados e o aperfeiçoamento da regulamentação e dos instrumentos de controle e fiscalização com ênfase na preservação dos direitos do público consumidor.

Os índices obtidos em 2000, 2001 e primeiro semestre de 2002, com exceção da participação do mercado de seguros no PIB, indicam uma baixa probabilidade de que os índices esperados sejam alcançados até o final do PPA. Deve ser ressaltado, contudo, que, conforme já mencionado na avaliação de 2001, fatores exógenos influenciam diretamente os índices definidos, mais intensamente que a própria atuação da Susep (Superintendência de Seguros Privados). Além disso, o desempenho da Economia ao longo desse período foi fator determinante para o distanciamento entre os índices planejados e os obtidos principalmente devido às crises externas.

Assim, pode-se inferir que o fato dos índices de participação do mercado de previdência privada aberta no PIB e participação do mercado de capitalização no PIB terem ficado abaixo do estimado, não significa que a atuação da Susep no período tenha sido ineficiente, o que se demonstra pela relativa estabilidade que esses mercados vêm apresentando, pela redução do número de reclamações de consumidores junto à Susep, pelo aumento da diversidade de produtos oferecidos ao público em geral, inclusive para segmentos da população que nunca foram consumidores habituais dos produtos comercializados pelos mercados supervisionados, além da padronização de produtos massificados, propiciando um maior nível de esclarecimento dos agentes envolvidos, e agilidade para aprovação.

Destaca-se ainda, que o problema então apontado quando da concepção do PPA, Desatualização das regras e mecanismos de controle e fiscalização dos mercados de seguro, resseguro, capitalização e previdência privada aberta, encontra-se, atualmente, em grande parte resolvido. Isto porque as ações implementadas pela Susep no sentido de criar, revisar e consolidar normas dos mercados fiscalizados, principalmente aquelas relativas aos produtos de maior penetração, como seguro de automóveis e vida, beneficiaram diretamente o público-alvo.

No tocante aos principais resultados obtidos no período de 2000 a 2002, destacam-se:

Gerente:

Carlos Eduardo de Souza e Silva

-criação de novos produtos de seguro de vida, previdência privada aberta e capitalização, através da edição de diversos atos normativos regulamentadores, favorecendo de modo significativo o aumento da poupança interna.

-maior nível de controle da solvência e liquidez dos agentes dos mercados sob supervisão, permitido a partir de aperfeiçoamentos

realizados nos mecanismos de controle e fiscalização à distância. Tais controles servem de direcionamento para a ação preventiva da Susep, de modo a resguardar os direitos dos adquirentes dos produtos comercializados pelos mercados supervisionados, contribuindo, desta forma, para o seu bom desenvolvimento;

- decretação de regime especial imposta a partir de ações de fiscalização em empresas de pequeno porte que vinham operando próximas do limite de solvência, evitando o agravamento da situação econômico-financeira das mesmas e, por conseguinte, minimizando o prejuízo de seus credores, tendo havido apenas um caso de empresa de grande porte liquidada nesse período;
- aprimoramento dos regulamentos dos contratos dos produtos comercializados a partir de ações de regulamentação, aumentando a transparência para os consumidores quanto a seus direitos e obrigações, propiciando um maior nível de esclarecimento, uma maior credibilidade dos contratos e, conseqüentemente, a redução do volume de reclamações;
- publicação de normativo legal permitindo que em algumas circunstâncias pudessem ser decretadas liquidações ordinárias e falências de empresas dos mercados supervisionados;
- manutenção de uma adequada presença fiscalizatória, apesar da exigüidade de recursos humanos, através da priorização das fiscalizações dirigidas através dos indicadores de mercado analisados pelas áreas que exercem o trabalho de fiscalização à distância, se constituindo num trabalho de caráter preventivo, visando identificar a tempo eventuais desvios que poderiam vir a causar prejuízos aos clientes das empresas e à sociedade como um todo; e
- ao longo do ano de 2002, foram realizadas 257 fiscalizações, valendo destacar que até o final do mês de outubro foram realizadas cerca de 210 fiscalizações, ultrapassando antecipadamente a meta do PPA estabelecida para este exercício 142. Quanto à ação de regulamentação, no exercício de 2002, foram expedidos cerca de 85 atos normativos, igualmente ultrapassando com folga a meta estabelecida para o PPA para este exercício (50 atos normativos expedidos).

No que se refere a dificuldades encontradas no período, pode-se citar o impasse existente no processo de abertura do mercado nacional de resseguros, em face de ação direta de inconstitucionalidade movida em virtude da Lei nº 9.932/1999. O processo de abertura proporcionaria maior concorrência, especialização, aumento de capacidade e ajuste de preços, o que certamente facilitaria o crescimento mais acelerado do mercado.

Além disso, o fato do crescimento econômico ter sido aquém das expectativas nos últimos anos, acabou por limitar o desenvolvimento dos mercados supervisionados, haja vista a demanda potencial existente.

Outra dificuldade ocorrida no período foi no que diz respeito à tentativa promovida pela Susep de aprovação de normativo legal em que se preserve. Em caso de liquidação das empresas supervisionadas, as reservas técnicas ficariam diretamente vinculadas ao pagamento dos direitos dos participantes e segurados, não podendo ser utilizadas para pagamento a outros credores, excluindo as da prioridade estabelecida pela Lei das Sociedades Anônimas.

Vale ressaltar, a despeito das citadas melhorias obtidas nos mecanismos de controle e fiscalização das empresas à distância, a restrição orçamentária para concessão de diárias e passagens pode ser considerado um óbice para o aumento da eficácia da Susep no cumprimento de sua missão institucional. Isso

porque se deve levar em consideração a abrangência nacional das ações de fiscalização, bem como a necessidade de aprimoramento e um maior nível de profundidade nos trabalhos de campo.

A questão de cortes no orçamento e contingenciamento também pode ser considerado um óbice em face dos contratos de desenvolvimento de sistemas informatizados, os quais não puderam ser implantados em tempo hábil.

O Programa **Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro** vem conseguindo obter bons resultados, a despeito de dois dos três indicadores esperados não terem sido efetivamente alcançados. Como já mencionado, tal fato, não implica no insucesso do Programa, mas sim demonstra a não-adequação daqueles indicadores para dimensionar o seu sucesso. Fato concreto é que o público-alvo, composto pelas pessoas físicas e jurídicas que compõem os mercados supervisionados e pelo público consumidor, sofreu impactos positivos através dos resultados das ações do órgão implementadas ao longo do período de vigência deste PPA.

Como principais resultados esperados para 2003, poderiam ser citados os seguintes:

- aprimoramento das normas que regulam os mercados supervisionados. A sistematização e consolidação de normas editadas, bem como a edição de novas normas é uma ação de caráter contínuo, que objetiva manter a regulamentação dos mercados supervisionados adequada à realidade e às necessidades dos agentes envolvidos, sendo que a padronização de alguns planos de seguro de vida e previdência, assim como a adequação dos produtos a nova legislação deverá continuar sendo efetuada, o que deverá ter um impacto extremamente positivo no que se refere à penetração desses produtos.
- manutenção da estabilidade e desenvolvimento dos mercados supervisionados, com redução do número de reclamações de consumidores junto ao órgão e aumento da diversidade de produtos oferecidos ao público em geral.
- aumento do volume de reservas técnicas e receitas provenientes das operações dos mercados provisionados em face da maior penetração dos produtos comercializados.
- redução da assimetria de poder e informação nas relações entre os agentes do mercado, que é um problema de natureza estrutural desses mercados e deve ser atenuado através de uma atuação constante deste órgão fiscalizador; e
- manutenção da credibilidade dos contratos e redução dos custos de transação/contratação, de modo a permitir uma maior penetração dos produtos.

Concepção

Quando da concepção do Programa, o problema então apontado era a desatualização das regras e mecanismos de controle e fiscalização dos mercados de seguro, resseguro, capitalização e previdência privada aberta, haja vista a expansão e as transformações experimentadas pelos mercados a partir do início do processo de estabilização econômica, que acabaram deixando a legislação e os mecanismos de controle e fiscalização então existentes inadequados.

Com a expedição de atos normativos definindo a forma e o nível de informações a que as empresas são obrigadas a apresentar periodicamente a Susep por meio magnético, e o conseqüente incremento na utilização da informática como ferramenta para análise de bases de dados encaminhadas pelas empresas, o órgão passou a ter um controle mais amplo e efetivo das operações realizadas pelas empresas pertencentes aos mercados supervisionados.

Assim, surge a necessidade da redefinição do problema que dá origem ao Programa. O problema atual seria a assimetria de poder e informação nas relações entre os agentes do mercado, que na verdade é um problema estrutural de mercados dessa natureza e que deve ser atenuado através de uma atuação constante dos organismos reguladores e fiscalizadores.

Um aspecto fundamental para a obtenção dos principais resultados do Programa seria a preocupação com o aspecto qualitativo quando da execução da ação e não apenas com o quantitativo, já que não implica necessariamente que tenha sido atingida com a devida eficiência. Um exemplo dessa preocupação qualitativa é a chamada Reunião de Solvência, realizada na Susep mensalmente, a qual conta com a participação de representantes dos departamentos da área fim do órgão, da diretoria e do gerente deste Programa. Na referida reunião são debatidos os principais problemas que vêm sendo enfrentados pelas empresas pertencentes aos mercados supervisionados, no que tange à sua saúde econômico-financeira, problemas estes identificados principalmente a partir dos mecanismos de controle e fiscalização à distância implementados pelo Órgão. Um dos principais resultados da reunião é o direcionamento das ações de fiscalização externa do órgão com vistas a apurar *in loco* os problemas apontados visando a dimensioná-los da melhor forma, bem como identificar que medidas devem ser tomadas.

.....

O Programa tem como estratégia de implementação buscar a ampliação e modernização da fiscalização, por meio de sistema *on line* de informações do mercado supervisionado, simplificação das rotinas e procedimentos, através da consolidação e revisão das regras de atuação, facilitando o acesso às informações pelo público consumidor e pelo mercado. Dessa forma, entende-se que a estratégia de implementação que vem sendo utilizada pela Susep pode ser entendida como adequada.

Implementação

Recursos Financeiros - no que diz respeito ao padrão de execução financeira das ações de fiscalização e de regulamentação, os recursos utilizados têm sido adequados ao cumprimento das metas estabelecidas ao longo do PPA.

Quanto à ação de concessão de empréstimos para liquidação de empresas pertencentes aos mercados supervisionados (Lei nº 10.190, de 2001- art. 3º), os recursos financeiros não vêm sendo suficientes para a manutenção das massas, o que prejudica o andamento dos trabalhos realizados nas empresas em liquidação extrajudicial, sendo que, para 2003, será necessário solicitar crédito suplementar.

Infra-estrutura - a infra-estrutura implantada no órgão não se demonstra suficiente para atender às suas necessidades, haja vista o potencial de crescimento dos mercados supervisionados. Seria necessário um aumento de espaço físico para comportar um maior número de servidores, além de investimentos em infra-estrutura de informática e telecomunicações que acompanhe as crescentes necessidades de troca e processamento de informação proveniente dos diversos agentes dos mercados fiscalizados.

Recursos Humanos - atualmente a Susep conta com um quadro técnico de trezentos servidores estatutários, complementado por mais 28 funcionários ocupantes de cargos em comissão de livre provimento e mais cinco requisitados também comissionados, para fiscalizar um mercado composto por 119 Companhias Seguradoras, trinta Entidades Abertas de Previdência Complementar, dezesseis Sociedades de Capitalização e aproximadamente 78 mil corretores entre pessoas físicas e jurídicas. Vale ressaltar, que a carência de pessoal do órgão se deve em parte ao fato do quadro funcional não vir sendo

incrementado na mesma proporção em que o mercado cresceu nos últimos anos, notadamente a partir do início do processo de estabilização da economia, ocorrido a partir de 1994. Tal deficiência foi parcialmente suprida através da realização de concurso em 2002 quando o quadro de servidores aumentou em 33 vagas, pelo incremento da terceirização (55 funcionários de apoio) e pelo processo de informatização ocorrido no período, que permitiu um aumento da produtividade de algumas atividades desenvolvidas pelo órgão.

Contudo, a sede não dispõe atualmente de espaço físico suficiente para um aumento de quadro mais significativo, problema que precisa ser solucionado com vistas a que se possa atender a demanda atual por funcionários, bem como possibilitar o atendimento à demanda futura que tende a ser crescente em, face do potencial de expansão dos mercados supervisionados em um ambiente de estabilidade econômica.

Quanto à qualificação do corpo funcional, embora o seu nível possa ser considerado bom, o trabalho de fiscalização e regulação de empresas eminentemente financeiras exige um grau de qualificação bastante alto, principalmente considerando a complexidade das atividades, bem como sua importância e volume de recursos (reservas técnicas) em poder das empresas pertencentes aos mercados sob supervisão da Susep. Além disso, a exigüidade de mão-de-obra prejudica a disponibilidade para afastamento dos servidores para treinamento.

Parcerias - no que se refere à participação da sociedade no Programa, as Entidades Fenaseg, Fenacor, ANAP e órgãos de defesa do consumidor participam principalmente no que diz respeito à elaboração de normativos que são apresentados em audiência pública na Susep ou através de sugestões elaboradas por comissões técnicas das respectivas entidades mencionadas. Os consumidores através das reclamações, denúncias e consultas ajudam na elaboração do foco da atividade fiscalizatória. Existem, ainda, uma comissão contábil e outra atuarial com participação de personalidades de prestígio profissional destas áreas. No caso de publicações de normativos de natureza polêmica, e visando contrabalançar o poder de participação das empresas supervisionadas, são realizadas audiências públicas, nas quais o público em geral pode expressar suas opiniões e críticas.

Educação Fiscal - PNEF

Resultados

Em continuidade aos trabalhos que vem realizando, o Grupo de Trabalho Educação Fiscal - GEF, juntamente com os GEFs dos Estados, tem consolidado a implementação do Programa de Educação Fiscal por meio de diversas ações de sensibilização, de divulgação do Programa e de capacitação de professores para a implantação do Programa nas escolas.

No ano de 2002, na condição de coordenação nacional do Programa, a ESAF/Geref teve como principais resultados:

1. Três reuniões nacionais com o GEF. As reuniões tiveram por objetivos conhecer mais de perto os trabalhos que os Estados de Pará e de Alagoas vêm realizando na implantação do Programa; realizar a troca de experiências entre todos os Estados brasileiros; promover a capacitação do grupo e acompanhar o desenvolvimento do PNEF em todo Brasil.

Evento	Período	Local	Nº de participantes	Carga horária
20ª Reunião do GEF	23 a 25.4.02	Belém/PA	69	20h
21ª Reunião do GEF	6 a 8.8.02	Maceió/AL	61	20h
22ª Reunião do GEF	2 a 5.12.02	ESAF/Brasília	61	32h

2. A primeira avaliação, em nível nacional, do PNEF. Esse trabalho teve início em 2000, numa parceria com o Unicef. Foi definido um sistema de monitoramento e avaliação, com a definição dos instrumentos Relatório de Avaliação - RA e Ficha de Avaliação - FA.

Evento	Período	Local	Nº de participantes	Carga horária
1ª reunião da Comissão Aval.	20 a 22/2/02	ESAF/Brasília	7	24h
2ª reunião da Comissão. Aval.	19 a 23/8/02	ESAF/Brasília	6	40h

A primeira reunião teve por objetivo validar a FA e definir um cronograma de trabalho.

Na segunda reunião, foram analisados os RAs, enviados pelos Estados, e elaborada a avaliação do Programa nos Estados. Foram elaboradas as FAs.

Foram selecionados dois Estados para visita da Comissão de Avaliação para verificação das informações contidas nos RA.

Os Estados visitados foram Maranhão e Paraná.

A Geref enviou as FAs aos estados e recebeu as contra-argumentações de alguns deles.

A última reunião prevista para novembro/2002, na qual seriam analisadas as contra-argumentações apresentadas e elaboração de relatório final, não pode se realizar devido à impossibilidade da participação de todos os componentes da Comissão de Avaliação.

Gerente:

**Maria de Fátima Pessoa de Mello
Cartaxo**

3. O primeiro curso à distância Disseminadores de Educação Fiscal, em parceria com o Cened.

Evento	Período	Local	Nº de participantes que concluíram o curso	Carga horária
Curso de Disseminadores de Educação Fiscal	29.10 a 30.12.02	Acesso à distância em todo o Brasil	607	80h

4. A produção bimestral do Comunicado GEF;
5. A produção do vídeo O Cidadão Acima de Tudo (criação e produção exclusiva de servidores da ESAF);
6. Participou da definição dos conteúdos para a criação do *site* Leãozinho (sobre o Programa de Educação Fiscal), da Secretaria da Receita Federal.
7. A produção de cartazes sobre o PNEF.

IMPLANTAÇÃO NAS ESCOLAS:EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS GLOBAIS DO PNEF (nível Brasil) dezembro/2002

RESULTADOS	1998	1999	2000	2001	2002
Nº de alunos instruídos pelo Programa	371.162	545.502	963.366	2.003.817	3.105.998
Nº de escolas abrangidas	1.841	2.139	2.810	13.823	13.957
Nº de professores capacitados	10.426	12.198	13.515	45.222	77.753
Nº de municípios participantes	191	256	391	1.001	1.723

Fonte: Indicadores de Desempenho dos Estados brasileiros

Para 2003, espera-se a finalização dos trabalhos da Comissão de Avaliação/2002, que deverá ocorrer em 2003, após a 23ª reunião do GEF, em março/2003.

Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios

Resultados

No âmbito dos estados, o resultado mais importante, decorrente dos investimentos na reengenharia de procedimentos operacionais e de gestão, na capacitação maciça do corpo funcional e na utilização intensiva de tecnologia de informação e comunicação foi o desempenho da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS, tributo responsável por mais de 80% da arrecadação própria dos estados. No período de 1997 a 2001, a arrecadação do ICMS apresentou taxa de crescimento real de 9,7%, valores deflacionados pelo IGP-DI. Entre 2000 e 2001, o crescimento foi de 4,3%. A revisão e a simplificação dos mecanismos legais, o controle integrado e informatizado dos principais processos da administração tributária e financeira e o fortalecimento da inteligência fiscal e do acompanhamento do desempenho econômico-fiscal por segmento foram decisivos para esse resultado. A cooperação entre as unidades da federação, fator chave para aumentar a eficiência da gestão tributária, também teve um impulso extraordinário nos últimos dois anos, com a concepção e o desenvolvimento do Sintegra (Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços). Baseado em uma rede própria (internet), conectando as 27 unidades da federação, o Sintegra possibilita o intercâmbio de informações para a verificação do pagamento adequado das alíquotas interestaduais, além da solicitação e acompanhamento formais de pedidos de fiscalização e de informações complementares.

A transparência da gestão fiscal e a melhoria do atendimento ao contribuinte igualmente merecem destaque. O Programa vem promovendo uma verdadeira revolução no modelo de atendimento ao contribuinte: integrando serviços, democratizando o acesso a informações fiscais e facilitando o cumprimento de deveres junto às administrações estaduais. O auto-atendimento dos contribuintes, por intermédio de quiosques eletrônicos e da internet, foi privilegiado em todas as unidades da Federação. Atualmente, todos os estados possuem sítio fiscal, colocando à disposição dos contribuintes e cidadãos em geral entre 10 a 50 tipos diferentes de serviços, como cadastramento *on line*, certidão negativa de débito e informações sobre a gestão fiscal. Alguns estados, como São Paulo, estabeleceram, inclusive, a internet como meio principal de prestação de serviços aos contribuintes, por intermédio dos Pontos Fiscais Eletrônicos. Atualmente, o contribuinte somente comparece a um posto de atendimento presencial em situações especiais. Apesar do Programa encontrar-se ainda em execução nos estados, todos os índices previstos já foram alcançados ou mesmo ultrapassados. Uma análise pormenorizada dos indicadores evidencia os seguintes resultados:

- o processo de arrecadação dos tributos estaduais está mais ágil e confiável, favorecendo o cumprimento voluntário das obrigações e a notificação imediata dos contribuintes inadimplentes. Todos os estados implementaram processo de automação bancária e grande parte já concluiu a informatização integrada dos processos de gestão tributária. Em vinte estados, 100% das declarações do ICMS são em meio magnético;
- a recuperação de débitos cresceu em dez estados e, em quatorze, houve redução do estoque dos valores do contencioso administrativo em relação à receita tributária, em função do acompanhamento e controle do contencioso administrativo e judicial, envolvendo a simplificação e a cobrança automática de débitos, o

Gerente:

Robson de Araújo Jorge

controle dos parcelamentos, a notificação imediata dos inadimplentes e o controle e acompanhamento das ações judiciais;

- a estimativa da receita e da despesa foi melhorada. Em 21 estados, a receita realizada aproximou-se da receita orçada e, em dezessete estados, a despesa empenhada também se aproximou da despesa orçada; e
- os registros financeiros e contábeis são efetuados e controlados automaticamente. Todos os estados já implantaram ou modernizaram seus sistemas integrados de gestão financeira.

O atendimento aos municípios teve início em 2001, quando foi assinado o contrato de empréstimo junto ao BID, tendo sido beneficiados, nesse período, 12 municípios.

Em relação aos municípios, o principal avanço, entretanto, foi a qualificação de fornecedores, que submeteram seus *softwares* a testes e validações, amparados por rigorosa metodologia de avaliação de qualidade de *software*, procurando averiguar, além da qualidade, o atendimento das especificações definidas no Edital Internacional de Pré-Qualificação. O Programa prevê, obrigatoriamente em relação aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes e optativamente para aqueles com população entre 50 mil e 150 mil habitantes, a aquisição de um Conjunto de Sistemas Aplicativos - CSA, que abrange oito sistemas informáticos na área de gestão municipal tributária, financeira, atendimento e ouvidoria, recursos humanos, compras e patrimônio, protocolo, legislação e informações gerenciais, homologados pelo Centro de Pesquisa Renato Archer, entidade vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com vasta experiência na avaliação de qualidade de *software*. A intenção é uniformizar procedimentos, racionalizar os custos de aquisição e facilitar o processo de modernização de municípios menores que dispõem de estrutura administrativa e gerencial reduzida. Com a homologação dos CSA, a expectativa é que o programa amplie substancialmente o número de municípios atendidos, beneficiando, nesta primeira etapa, cerca de 25% da população brasileira.

Não é possível avaliar a variação dos índices dos indicadores em relação aos municípios, tendo em consideração que os primeiros contratos de subempréstimo foram firmados em 2002.

Concepção

Com a estabilização dos preços e o aprofundamento da crise fiscal, os desequilíbrios estruturais do regime fiscal brasileiro, camuflados durante anos pela inflação alta, se agravaram. A inflação mascarava de forma perversa os resultados das finanças públicas. Como as receitas sempre estiveram mais bem indexadas que as despesas, a inflação elevava as receitas nominais e corroía parcela significativa das despesas em termos reais, gerando falsos resultados de equilíbrio fiscal. Além disso, a inflação representava um mecanismo perverso de financiamento do setor público, que se apropriava do chamado imposto inflacionário, incidente principalmente sobre as camadas mais pobres da população, sem acesso à moeda indexada. Com a estabilidade macroeconômica, as decisões de gasto do setor público passaram a ter impacto real sobre os orçamentos.

Ficou evidente que uma política de ajuste fiscal, envolvendo iniciativas de ordem emergencial - rápida geração de resultados fiscais favoráveis - e medidas de ordem estrutural - privatizações, Reformas Administrativa e da Previdência e Acordos de Refinanciamento com Estados e Municípios -, era fundamental para a estabilidade e o crescimento, como também se tornou inequívoca a

necessidade de se desenvolverem ações no domínio das finanças públicas municipais e estaduais de tal modo a propiciar a descentralização sustentável da governança e o fortalecimento do pacto federativo, que significa o aumento da capacidade dos governos locais de gerar seus próprios recursos e de assegurar uma administração financeiramente sustentável, condição para que assumam os gastos sociais básicos e a melhoria da qualidade e disponibilidade dos serviços públicos locais, fundamentais à efetiva promoção do desenvolvimento humano e à melhoria das condições de vida da população. Essas despesas, há que se observar, não poderão ser financiadas pelo aumento da participação local na receita dos impostos federais e por níveis crescentes de endividamento. Há que se observar o cumprimento da Lei de responsabilidade fiscal, que impõe ao gestor público disciplina fiscal, limitando gastos e inibindo a geração de déficits imoderados.

Em relação às estratégias de implementação, merecem destaque:

- a criação de uma unidade de coordenação exclusiva para o programa foi fundamental para viabilizar sua execução. Dada a amplitude e a complexidade do programa, o envolvimento da gerência com outras atividades comprometeriam os seus resultados;
- no âmbito dos estados, a realização de encontros nacionais de coordenação foi fundamental para o êxito do programa. Além da discussão conjunta dos problemas e possíveis ajustes na gestão do programa, os encontros priorizam a difusão de soluções técnicas e o intercâmbio de experiências;
- no âmbito dos municípios, a adoção de atendimento diferenciado para municípios com população inferior a 5 mil habitantes, que dispõem de reduzida estrutura administrativa e gerencial. No processo de validação dos *softwares*, são envolvidos técnicos municipais que estão inseridos ou em processo de inserção no programa, em função da larga experiência na gestão dos processos administrativos e fiscais abrangidos pelo programa. Nesse processo, os técnicos municipais têm oportunidade de rever pontos críticos em relação a sua área de atuação; e
- outra iniciativa relevante foi a delimitação do rol de implementações passíveis de serem financiadas, relacionadas sob a forma de recomendações técnicas. Na concepção do Programa, foi traçado, tendo-se como referência uma amostra representativa de setenta municípios, um diagnóstico detalhado da gestão fiscal e administrativa dos municípios, como também realizado um esforço de pesquisa e consolidação das melhores práticas. O resultado desse trabalho integra o Regulamento Operativo do Programa, o qual prescreve as iniciativas que devem ser adotadas na modernização dos principais processos da gestão fiscal e administrativa.

Dadas as particularidades dos públicos-alvos e os estágios diferenciados de execução, entende-se que esse Programa deveria ser dividido em dois, um voltado aos estados e outro, aos municípios.

Com a inserção dos municípios no Programa, novas estratégias de coordenação e acompanhamento dos executores terão que ser adotadas, tendo em vista a complexidade do Programa, dadas as diversidades regionais e o desafio de implementar estratégias verdadeiramente efetivas de desenvolvimento da capacidade sustentável de governança dessas instâncias.

O fortalecimento da posição do município na Federação Brasileira tem-se intensificado a partir de 1988, ampliando o seu raio de autonomia. O processo

de descentralização não se tem restringido à esfera fiscal com a ampliação das transferências de recursos, das faculdades tributárias próprias e da autonomia administrativa. O Governo Federal também tem privilegiado os municípios, estabelecendo-os como centros de referência de diversos de seus programas, como, por exemplo, a municipalização da saúde e dos programas assistenciais. Há a convicção de que os serviços públicos são mais eficientes e responsivos no nível local. A proximidade favorece o cidadão, de um lado, pela solução mais imediata dos problemas e, por outro, pela possibilidade do exercício efetivo do controle social. Além do equilíbrio fiscal, os municípios necessitam, neste cenário, de melhor governança, melhores instituições políticas e administrativas, que possibilitem aos seus governos encontrar suas próprias maneiras de promover o desenvolvimento econômico e de promover a justiça social. O espectro de intervenção do Programa, no âmbito do município, é, portanto, mais amplo, sem mencionar a amplitude, o que exige uma estratégia de implementação diferenciada, requerendo um esquema particular de gestão, acompanhamento e avaliação. Na prática, o Programa já funciona dessa forma - a gestão é integrada, mas dispersa.

..... **Implementação**

O Programa tem como principais parceiros o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a CAIXA, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a Escola de Administração Fazendária - ESAF e o Centro de Pesquisa Renato Archer - Cenpra, entidade vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

A CAIXA é o agente financeiro e co-executor do Programa, responsável pela concessão de subempréstimos aos estados e municípios e pela prestação de assistência técnica, sob a coordenação do Ministério da Fazenda, aos municípios executores dos projetos, especialmente os de menor população, que serão atendidos na modalidade projeto simplificado. A capilaridade da Caixa é fundamental para a penetração do programa nos pontos mais distantes do país. Sem a participação da Caixa, ficaria totalmente comprometida a operacionalização financeira do Programa.

O Programa não apresentou restrições financeiras no período 2000-2003. As divergências entre o planejado e o realizado devem-se, em relação aos estados, às dificuldades operacionais enfrentadas no que respeita às contratações e à prestação de contas, o que acarretou atraso na liberação de recursos. O prazo para conclusão dos processos licitatórios, principalmente no início do Programa, foi extenso, interferindo em seu andamento. O prazo de execução do Programa também foi ampliado em função da revisão dos projetos de todos os estados. Com a experiência adquirida, pôde-se verificar que ações inicialmente planejadas se mostraram não aplicáveis, como também novas implementações são necessárias, o que exigiu um esforço de replanejamento para a adequação do projeto inicial à nova realidade e às novas necessidades de cada unidade federativa.

No âmbito dos municípios, apesar das negociações para implantação do programa ter iniciado em 1998, o contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID somente foi assinado em 18 de maio de 2001. Em 2000, dada a eminência da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que implicaria modificações substanciais nos componentes do Programa, e dada a aproximação das eleições gerais para os governos municipais, foi decidido postergar a sua implantação. Em 2001, investiu-se na divulgação do Programa e intensificou-se o contato com as prefeituras selecionadas. Em 2002, foram assinados os primeiros contratos de subempréstimo com as prefeituras

enquadradas na modalidade projeto ampliado. O atendimento dos municípios menores não foi ainda iniciado em razão da finalização do processo de qualificação dos fornecedores do Conjunto de *Softwares* Aplicativos - CSA, principal componente da modalidade projeto simplificado. Os produtos, inicialmente reprovados por não atenderem aos padrões de qualidade requeridos e às especificações do Edital de Pré-Qualificação, foram novamente reapresentados, testados e, finalmente, homologados. Com a recente qualificação de fornecedores, será possível atender o número de beneficiários previstos.

Como o Programa privilegia a implantação de novos modelos de gestão na área fiscal, no caso dos estados, e na área fiscal e administrativa, no caso dos municípios, envolvendo a revisão e a normatização dos processos e a automatização das rotinas, são importantes a integração e articulação com os órgãos responsáveis por essas áreas no âmbito federal, principalmente em função do papel de liderança e de regulamentação que lhes cabem.

Dada a natureza do Programa, também não foram ainda desenvolvidos mecanismos diretos de participação da sociedade. Não obstante a existência da relação direta entre a melhoria da gestão fiscal e administrativa e a melhoria ou mesmo disponibilidade de serviços sociais básicos, não é possível, muitas vezes, aferir a satisfação dos usuários em relação aos produtos ou resultados advindos do Programa, tendo em vista a dificuldade do cidadão visualizar essa relação. Como quase todos os projetos, no âmbito dos estados e municípios, envolvem investimentos voltados para o atendimento do cidadão, particularmente do contribuinte, sugere-se concentrar a pesquisa de satisfação do usuário na aferição desse componente.

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Resultados O Programa foi criado a partir da percepção da necessidade de aperfeiçoamento da gestão financeira, contábil da União para melhoria do gasto público.

Entre os anos de 2000 a 2002, o programa apresentou desempenho satisfatório, podendo se destacar os seguintes resultados:

- Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional - STN: essa ação refere-se aos principais Sistemas Informatizados da STN, desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das diversas atribuições finalísticas, bem como confiabilidade às informações prestadas pela Secretaria. Cabe ressaltar que a maioria das atividades desenvolvidas no âmbito da Instituição, até mesmo as de caráter estratégico, como o controle e acompanhamento dos recursos sob sua responsabilidade, eram realizadas através de planilhas eletrônicas. Destacam-se as seguintes principais melhorias:
- integração dos sistemas Elaboração da Proposta Orçamentária da Dívida Pública Interna - Elabora e Dívida Pública Interna - DPI para permitir a elaboração da proposta orçamentária pelo sistema Elabora.
- contabilização automática, para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo - Siafi, dos lançamentos contábeis gerados pelo sistema DPI.
- criação de módulo de consultas construídas, que permite a utilização de diversos parâmetros, para o sistema DPI e respectivos relatórios.
- criação de arquivo de agenda financeira mensal no sistema Dívida Externa; e
- criação de processo automático para envio periódico à Secretaria de Orçamento Federal - SOF de arquivos referentes à execução orçamentária da Dívida.
- Siafi Operacional (manutenção): durante o período 2000-2002, foram agregadas inúmeras funcionalidades aos sistemas Siafi e Siafi Gerencial, com o objetivo de facilitar o trabalho dos gestores públicos, devendo ser contemplados também, em 2003, a universalização do Subsistema Siafi Gerencial para as 4.800 unidades gestoras do sistema, bem como do módulo Contas a Pagar e Receber - CPR de forma a racionalizar o processo de gestão e controle dos recursos públicos.

Como principal limitador ao funcionamento do sistema, pode-se destacar a redução dos limites orçamentários, o que deverá se repetir em 2003, considerando que o montante atualmente proposto na Lei Orçamentária Anual (LOA) é menor que o efetivamente executado nos exercícios de 2001 e 2002. A impossibilidade de expansão dos recursos poderá acarretar riscos operacionais e redução da disponibilidade do Sistema, como forma de adequar os custos de produção à disponibilidade orçamentária concedida.

Gerente:

Almério Cançado de Amorim

-Siafi Século XXI: Principais Resultados do Projeto a partir de 2000 são:

-Elaboração dos documentos Projeto de Desenvolvimento dos Sistemas que compõem o Projeto Siafi Século XXI e Documento de Visão, onde está estabelecido o escopo do projeto;

- início do processo de capacitação das equipes técnicas envolvidas no Projeto, no âmbito da STN e do Serpro;
- início das atividades de Levantamento de Requisitos para especificação das funcionalidades do Sistema.
- primeira fase da validação tecnológica;
- prototipação do documento virtual;
- desenvolvimento e disponibilização do Centro de Treinamento Virtual do Siafi, com a realização do curso de Siafi Gerencial para quase 2 mil servidores;
- desenvolvimento do projeto-piloto com a implementação da funcionalidade Nota de Dotação; e
- conclusão do levantamento do parque tecnológico, com a atualização parcial, disponibilizando microcomputadores para as Unidades Gestoras com vistas à substituição da forma de acesso ao Siafi. Contudo, não foi possível a adequação das conexões dos usuários devido a problemas orçamentários/financeiros/administrativos do Serviço Federal de Processamento de Dados -Serpro.
- Gestão da Dívida Pública: a execução da Ação Gestão Da Dívida Pública está diretamente ligada à quantidade de emissões de títulos feitas em cada exercício financeiro, em especial as ocorridas no mercado externo, que dependem das necessidades de financiamento do País e, principalmente, das condições do mercado financeiro. Assim, a ação Gestão da Dívida Pública caracteriza-se como uma ação acessória, cuja execução depende da ocorrência da ação principal (emissão de títulos). No exercício de 2000, foram 38 os contratos geridos, produtos da referida ação, tendo sido pago o montante de R\$ 5.820.000,00, correspondendo a 100% da dotação consignada no Orçamento Geral da União (OGU). No exercício de 2001, foram previstos 68 contratos e realizados 42, tendo sido pago o montante de R\$ 8.064.588,10.

Em 2002, tendo em vista a reestruturação ocorrida no âmbito do gerenciamento da dívida pública, houve a necessidade de se assumir novos contratos, fazendo com que a Ação Gestão do Serviço da Dívida Externa passasse a ser denominada Gestão da Dívida Pública. Porém, devido à transferência para a STN de algumas atividades realizadas atualmente pelo Banco Central ter sido postergada para 2003 e como as emissões programadas para o exercício de 2002 não foram concretizadas em função de condições desfavoráveis do mercado internacional, o número de emissões externas ficou abaixo do programado. Entretanto, até o presente momento, estão sendo geridos 47 contratos, tendo dessa forma superado a meta física para o ano de 2002.

Como impacto positivo, pode-se destacar o cumprimento integral de todos os compromissos financeiros assumidos quando da emissão de títulos públicos, inclusive considerando as despesas estimadas para até 31/12/02. Para o exercício de 2003, a restrição orçamentária imposta por cortes na proposta original submetida pela STN poderá constituir-se grave problema, tendo em vista a perspectiva de aumento na quantidade de títulos emitidos e na complexidade das operações, ou seja, operações estruturadas, que envolvem troca ou recompra de títulos e apresentam despesas mais elevadas, por envolver ritos processuais e administrativos diferenciados, seja por parte dos advogados, seja por parte dos agentes envolvidos. Importante registrar que o total das despesas é muito inferior aos ganhos financeiros que a União vem obtendo nas operações realizadas, as quais têm por objetivo reduzir o custo e alongar o prazo da dívida pública.

- Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública - Proger: os impactos positivos resultam do fortalecimento da estrutura organizacional e na melhoria da capacidade do quadro técnico da STN no gerenciamento da dívida pública, com reflexos na redução de seu custo. Para 2003, estão previstas ações que possibilitem a integração dos sistemas de informação existentes, a participação de servidores em programas de aperfeiçoamento (*workshops*, visitas técnicas, treinamentos e seminários), a aquisição ou o desenvolvimento de ferramentas analíticas (*software*), além da implantação de programa de redução e gerenciamento dos riscos operacionais inerentes às atividades das áreas envolvidas com a administração da dívida pública.

Gestão Financeira e Contábil:

- em 2000, o Balanço Geral da União-BGU referente ao exercício de 1999 foi disponibilizado via internet e por CD-Rom. O CD foi viabilizado em parceria com o Banco do Brasil, sendo disponibilizados, em 2000, aproximadamente quatrocentos CDs. Tal número, contudo, elevou-se para mil CDs em 2001 e 2002;
- do ponto de vista de conteúdo, a cada ano, o BGU apresenta melhor adequação à LOA, ou seja, todos os demonstrativos apresentados no orçamento estão sendo incorporados. De igual maneira, por solicitação do Tribunal de Contas da União - TCU, o BGU passou a incorporar capítulo específico para o relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo; e
- por fim, em 2002, foram disponibilizadas as séries históricas de receitas e despesas. Ainda nesse exercício, a Coordenação Geral de Contabilidade - Ccont coordenou o Fórum Internacional de Normas Contábeis e vem orientando estados e municípios (5.600 municípios) sobre normas contábeis aplicadas à Administração Pública.

A elaboração do BGU encontra-se em fase de desenvolvimento e dentro do cronograma previsto. Até o momento foram analisadas as últimas prévias e emitido relatório conclusivo indicando várias adequações a serem feitas. Nesta oportunidade, houve a inclusão de um Balanço Patrimonial - BP com dois exercícios e duas Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP, por Natureza e Natureza Função, também com dois exercícios, que passarão a integrar o Volume III, dando início ao cumprimento da primeira Norma Internacional de Contabilidade para o Setor Público - NICSP, que o Brasil deverá implementar até 2003, de acordo com o convênio assinado com a Associação Interamericana de Contabilidade - AIC.

- Gestão de Haveres da União: no exercício de 2000, o valor efetivamente recebido corresponde a 93% (R\$ 19.450.909.872,24) das expectativas previstas. Houve alteração do produto desta ação no exercício de 2001, passando de 'Contrato Gerido' para 'Haver Recebido', em função do volume de haveres efetivamente recebidos ser medida mais representativa do resultado da ação. Assim, foi previsto para o ano, o recebimento de R\$15,989 bilhões em haveres, sendo recebidos R\$19,435 bilhões. Em 2002, foram arrecadados R\$ 20,479 bilhões contra a previsão de R\$ 18,168 bilhões. A meta estipulada foi atingida em níveis acima de 100% em função da cobrança efetiva por parte do Tesouro Nacional e do Agente Financeiro, aliada ao fato de os contratos estarem lastreados por garantias consistentes e de fácil execução.

Para 2003, os principais resultados esperados são:

- com relação ao BGU 2003, espera-se uma maior adequação do balanço orçamentário e outros demonstrativos a nova forma descrita nas normas internacionais de contabilidade.

- ao Sistema Integrado de Administração Financeira devem ser agregadas novas funcionalidades em 2003, como: desenvolvimento de novo tipo de Ordem Bancária que permita a utilização de código de barras; ajuste ao novo Catálogo de Mensagens do Sistema de Pagamento Brasileiro; elaboração do Manual de procedimentos de Cadastradores Siafi com a finalidade de dar suporte aos cadastradores parciais, regionais e de unidades gestoras na habilitação dos usuários ; funcionamento do Centro de Treinamento Virtual do Siafi com a disponibilização de curso sobre o subsistema Contas a Pagar e a Receber - CPR, dentre outros.
- além da manutenção dos sistemas Dívida Interna Contratual, Dívida Agrícola, Elaboração da Proposta Orçamentária da Dívida Pública Interna - Elabora e Dívida Pública Mobiliária Federal - DPMF, também se pode destacar a manutenção do Sistema de Gerenciamento de Riscos - Gerir. O sistema tem como principal objetivo subsidiar a elaboração de estratégias de emissão de títulos da dívida pública, fornecendo indicadores financeiros, perfil de maturação e indicadores de custo e risco associados a cada estratégia. Dessa forma, o gestor pode selecionar a estratégia que minimize os custos e riscos associados à dívida, sujeito às restrições impostas por um comitê gestor. Possui os módulos de mapeamento e armazenamento da carteira de haveres e obrigações do Tesouro Nacional, de geração de informações gerenciais e simulação de estratégias e de gerenciamento de risco.

.....

O Programa surgiu para viabilizar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante a transparência do gasto público, administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado.

Concepção

Este Programa compõe-se de ações continuadas do Governo Federal relativas à administração e programação financeira, gestão da dívida pública e a contabilidade geral da União, sob a responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional/MF.

Por sua especificidade, o Programa exerce grande influência no saneamento das contas públicas, especialmente mediante a melhoria do gasto público.

A definição das ações levou em consideração a necessidade de modernização do sistema de finanças, tal como prescreve o macroobjetivo nº 2 do PPA. Assim, entende-se que as ações definidas contribuem para a manutenção e modernização das atividades relacionadas ao sistema de finanças e contabilidade da União.

Uma questão complexa, que ainda merece reflexões mais aprofundadas, é a da adequação das metas físicas. De fato, as metas físicas não têm se apresentado como um dado gerencial relevante, vez que as atividades desenvolvidas para a consecução do objetivo proposto geram impactos bem mais importantes do que a geração quantitativa de produtos ou serviços específicos. Talvez pudessem ser substituídos por informações sobre o andamento de projetos de longo prazo ou ainda por indicadores de nível menos estratégico, com a finalidade de se medir a própria ação. Tal medida poderia transformar o processo gerencial em uma fonte mais rica de *feedback*. Contudo, ainda não temos uma proposta concreta.

Implementação

As dotações orçamentárias de 2000 a 2002 e as previsões para 2003 limitam o escopo de atuação do programa, sendo suficientes apenas para as atividades de manutenção, em detrimento das iniciativas voltadas para a modernização e o conseqüente fortalecimento do sistema de finanças e controle.

Com relação à ação Sistema Integrado de Administração Financeira, tem-se como principal limitador ao funcionamento do sistema, a redução dos limites orçamentários, já que o montante atualmente proposto na LOA para 2003 é menor que o efetivamente executado nos exercícios de 2001 e 2002. A impossibilidade de expansão dos recursos acarretará riscos operacionais, podendo levar à redução da disponibilidade do Sistema como forma de adequar os custos de produção à disponibilidade orçamentária concedida, com empecilhos à execução orçamentária e financeira de todos os órgãos do Poder Público que dependem do sistema para o desempenho de suas funções.

Especificamente, como forma de adequação aos ajustes orçamentários impostos, as despesas com o Siafi vêm apresentando pouco grau de variabilidade, sendo esses acréscimos inferiores aos benefícios gerados por sua produção. Como forma de ajuste à disponibilidade existente, inúmeras medidas foram impostas à estrutura que atende ao sistema, provocando a eliminação do serviço de manutenção de equipamentos que acessam o Siafi, a impossibilidade de adequação dos circuitos para aumento da velocidade de acesso e a transferência para o usuário final a responsabilidade de contratação de novos circuitos para acesso ao sistema.

Considerando que o custo médio mensal do Siafié da ordem de R\$ 4,5 milhões, pode-se verificar que a disponibilidade orçamentária aprovada vem atendendo às despesas somente até o mês de setembro de cada exercício, gerando a necessidade de articulação da STN para a garantia dos recursos necessários para manutenção do sistema.

No que tange à ação Sistema Informatizado da Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Orçamentária 2002 também não foi suficiente para atender às necessidades evidenciadas no período. Essa ação contempla todos os sistemas internos do Tesouro Nacional, mas, efetivamente, não tem sido suficiente para o desenvolvimento, manutenção e produção de sistemas críticos vinculados às Dívidas e aos Haveres da União. Em conseqüência, estima-se que a meta física tenha ficado entre 60 a 89%, portanto abaixo do previsto.

Os recursos liberados para as ações Gestão Financeira e Contábil, Gestão de Haveres da União e Gestão de Obrigações da União foram insuficientes para a cobertura das despesas geradas em 2002. Importante destacar que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN vem apresentando, nos últimos anos, aumento dos custos operacionais em virtude do incremento de atribuições e a conseqüente ampliação da sua estrutura administrativa. Entre as novas atribuições, podem ser destacadas aquelas relacionadas à implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), que atribuiu à Secretaria novas responsabilidades e transferiu atribuições de outras instituições.

Para o atendimento da demanda, foram criadas coordenações-gerais, realizados concursos públicos para contratação de novos servidores, bem como realizada a celebração dos acordos/convênios/contratos a seguir:

- Acordo de Cooperação Técnica entre o Banco Central e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN;
- Contratos de cessão de créditos (renegociação de dívidas) e de prestação de serviços para cobrança judicial dos créditos cedidos em favor da União celebrados junto ao Banco do Brasil - BB,

- Convênio entre a Caixa Econômica Federal - CAIXA e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, destinado à coleta de informações contábeis nos mais de 5.000 municípios brasileiros.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (parágrafo 2º, do artigo 50) prevê como responsabilidade da STN a permanente atualização e divulgação das informações contábeis, onde se destacam a elaboração e publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal. A não-divulgação das referidas informações implica descumprimento da LRF.

Cabe destacar, também, que as atividades desempenhadas pelos servidores do Tesouro Nacional, exigindo deslocamentos a diversas localidades do país e do exterior, vêm pressionando os custos com diárias e passagens. Destaca-se entre as atividades que exigem a constante realização de viagens as seguintes:

- acompanhamento da situação econômica e financeira dos estados e municípios, conforme Programa de Reestruturação Financeira de Estados e Municípios;
- acompanhamento de leilões da dívida pública realizados principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro;
- lançamentos de títulos brasileiros no exterior;
- negociação de operações de crédito externo de interesse da União e junto a diversos credores estrangeiros; e
- participação dos servidores do Tesouro Nacional em grupos de trabalho.

Durante 2000 e 2001, foi possível a garantia do funcionamento do Siafi de forma a permitir aos 36 mil usuários a utilização do sistema sem limitações operacionais. Contudo, em 2002, por limitações orçamentárias, foi adotada medida que dificultou o acesso ao Siafi, a saber: adoção do acesso via internet com utilização do *Host On Demand - HOD* e desativação dos circuitos SNA.

No que tange à Ação Sistema Informatizado da STN, problemas localizaram-se, principalmente, na manutenção e produção dos sistemas. A entidade responsável pela manutenção da infra-estrutura dos sistemas internos da STN é o Serpro, empresa pública, sujeita, portanto, a contingenciamento orçamentário/financeiro, o que tem impactado diretamente no cumprimento dos acordos de níveis de serviço. Assim, o contingenciamento de recursos constituiu-se na principal limitação para o alcance de melhores resultados, impossibilitando a criação de infra-estrutura específica para a STN com o fim de comportar todos os sistemas internos. Ressalta-se que, a cada novo exercício, surgem necessidades de controle, caracterizando novos módulos de sistemas que necessitam de implantação. Cabe lembrar que esses sistemas internos referem-se aos mecanismos de gerenciamento dos recursos públicos, garantindo tratamento homogêneo e sistemático da administração dos Haveres e Obrigações sob responsabilidade do Tesouro Nacional.

Não têm havido problemas de compatibilização da estrutura da Secretaria com o modelo de gestão por programas. Porém, permanecem algumas questões passíveis de melhoria, tais como a definição clara do papel dos gerentes de programas, dos responsáveis pelas ações e dos gerentes de linha desses responsáveis, a adequação das formas de mensuração dos resultados das ações e programas, especialmente os de gestão.

Gestão da Política de Regulação de Mercados

Resultados

O Programa **Gestão da Política de Regulação de Mercados** tem por objetivo estabelecer novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.

A execução do Programa é altamente benéfica do ponto de vista sócio-econômico tendo em vista que possibilita a redução, em última instância, das tarifas e preços públicos, seja pela melhoria dos instrumentos regulatórios ou pela introdução da competição, elevando a eficiência das empresas. Com relação aos preços não-administrados, o Programa também beneficia a redução de preços ao consumidor por meio do incremento à concorrência.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE do Ministério da Fazenda - MF não possuía indicadores no período de 2000 a 2002. Contudo, procurou desenvolver ferramentas gerenciais que buscassem reduzir o tempo médio de instrução e apreciação dos atos de concentração e dos processos administrativos, bem como de outras atividades. Nesse sentido, a partir de 2002, a SEAE procurou implementar indicadores de eficiência (como o Nível de Atendimento ao Cliente Via Correio Eletrônico e a Eficiência quanto à Ação Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais), de eficácia (quanto ao Orçamento da Secretaria e às ações do PPA) e de economicidade (quanto aos Serviços de Informática, à Ação Promoção e Estímulo à Concorrência e à Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais).

No período de 2000 a 2002, o Programa apresentou resultados bastante satisfatórios, inclusive com superação de metas em algumas ações. Não houve mudanças na gestão interna do Programa e na Política Setorial. Apesar dos significativos contingenciamentos nos anos de 2000 e 2001, os resultados não foram significativamente afetados, sendo que, em 2002, com a possibilidade de utilização de recursos provenientes das taxas referentes à análise de atos de concentração e de fiscalização de prêmios e sorteios não houve qualquer problema para a execução do Programa.

Vale citar que a Ação Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais obteve um expressivo incremento físico de 275%. Essa ação, objetiva regular atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica e o funcionamento dos mercados em ambientes concorrenciais. Isso é alcançado por meio de novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.

Essa Ação tem como produto normas publicadas, sendo utilizados os seguintes procedimentos e instrumentos na implementação e execução da Ação: 1 - pesquisa e coleta de dados nos sistemas de acompanhamento de mercado; 2 - reuniões com representantes dos setores envolvidos; 3 - reuniões com técnicos de outros ministérios afins; 4 - levantamento e análise comparada de normas e legislações; 5 - reuniões internas e, por fim, 6 - a elaboração de normas.

Gerente:

Francisco de Assis Leme Franco

Em 2002, foram produzidas 29 normas envolvendo a regulação de atividades econômicas e contando com a participação da SEAE. Inicialmente, foi prevista para essa ação a publicação de três normas anuais. Contudo, uma série de fatos ocorridos a partir de 2001 contribuíram para a superação, em muito, das metas físicas inicialmente previstas. Entre esses fatores, pode-se destacar a intensificação da ação do governo no sentido de regular a área de medicamentos, resultando na publicação de diversas normas relativas a esse setor. Aliado a isso, foram executadas medidas destinadas à preparação, por parte do Governo, da abertura do mercado de derivados de petróleo, o que resultou na produção de vários instrumentos legais. Além disso, em virtude das novas atribuições conferidas a esta Secretaria, no que concerne à fiscalização de prêmios e sorteios com fins comerciais e ao combate aos cartéis, fez-se necessária a publicação de normas legais para regulamentar a atuação da SEAE nessas áreas.

Ressalte-se também a Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios Com Fins Comerciais. Vale dizer, que as competências relativas à operacionalização e fiscalização de prêmios e sorteios começaram a ser transferidas a esta SEAE por ocasião da edição da Medida Provisória n.º 2.049-20, de 29 de junho de 2000. Desde então, para a realização de operações de distribuição gratuita de prêmios e sorteios por parte de instituições financeiras é necessária a autorização da SEAE. Os agentes interessados em realizar eventos devem submeter à apreciação da Secretaria os documentos necessários à obtenção da autorização. Destaque-se que os documentos estão exaustivamente relacionados no próprio texto legal, que estabelece a necessidade de autorização do Poder Público. Ainda, a SEAE atua como instância de recurso para emissão de autorizações de distribuição gratuita de prêmios.

Essa ação objetiva emitir autorizações e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios quando instituições financeiras forem partes interessadas; emitir autorizações e fiscalizar as extrações de corridas de cavalo (*sweepstakes*) e outras modalidades de loterias por parte de *jockey clubs*; homologar planos de extração de lotéricas; e fiscalizar a captação de poupança popular. Além dos objetivos mencionados, essa ação visa, ainda, a dar maior transparência a tais eventos, bem como a assegurar o absoluto respeito aos direitos dos consumidores desses produtos.

Os procedimentos para o deferimento de pedidos de autorização de promoção estão arrolados no Decreto n.º 70.951, de 9 de agosto de 1972. À guisa de instrumentos para subsidiar a análise relativa à concessão de pedidos de autorização para promoções, a SEAE utiliza-se de análises contábeis, de cálculos de capacidade e de solvência das empresas interessadas em realizar os eventos.

Os dados para o acompanhamento físico são obtidos no local de fiscalização dos eventos, bem como a partir de denúncias apresentadas à SEAE, sobretudo por representantes do Ministério Público, do Procon e dos cidadãos de modo geral.

Em 2002, a Secretaria cumpriu os objetivos traçados para a ação, tendo, inclusive superado a meta física prevista em 100%, visto que o número de pedidos para prêmios e sorteios foi superior à média histórica. Ainda assim, o consolidado financeiro ficou aquém do previsto.

Destaca-se também a Ação Estruturação e Acompanhamento de Regimes Tarifários, que visa a estruturar critérios e regras para fixação e reajuste de tarifas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes. É aplicada especialmente no caso de serviços/preços públicos sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa. Essa Ação tem como produto normas e parâmetros técnicos e legais destinados principalmente às operadoras de setores privatizados, concessionárias de serviços públicos e Agências Reguladoras. Essa ação teve, em 2002, suas metas físicas e financeiras alcançadas, sendo estruturados os seguintes Regimes Tarifários: preços do petróleo e derivados, tarifas

de aviação, preços de medicamentos e mensalidades de planos de saúde, entre outros. Em 2002, foram publicadas dezesseis normas referentes a esta ação.

Estima-se que o alcance do índice previsto para os indicadores até o final do plano seja alto, ou seja, acima de 90%. Portanto, avalia-se que as metas serão cumpridas integralmente, com possibilidade de superação em várias ações, principalmente pela disponibilidade de recursos, conforme exposto anteriormente.

Dessa forma, dados os excelentes resultados alcançados, sugere-se que não haja alterações na elaboração do próximo Plano Plurianual, podendo haver, excepcionalmente, adequação de metas em virtude de melhorias na atividade econômica.

Para 2003, o planejamento da Secretaria de Acompanhamento Econômico está baseado nas atribuições atuais do órgão, que é encarregado de acompanhar os preços da economia, subsidiar decisões em matéria de reajustes e revisões de tarifas públicas, bem como apreciar atos de concentração entre empresas e reprimir condutas anticoncorrenciais, atuando em três esferas distintas, a saber: defesa e promoção da concorrência, regulação econômica e acompanhamento de mercados. Em 2003, a SEAE planeja aumentar sua eficiência na execução de diversas atribuições mencionadas acima. O planejamento das atividades e projetos da Secretaria contemplou os seguintes elementos:

- Análise de atos de concentração
- Condutas anticompetitivas
- Regulação e acompanhamento de mercados
- Agenda internacional
- Relações institucionais
- Gestão da SEAE
- Prêmios e sorteios

Entre tais projetos e atividades, vale mencionar que, em 2002, foram analisados 586 Processos de Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais, com o tempo médio de 110 dias para a análise de atos de concentração. O prazo mencionado refere-se ao tempo total despendido na análise, por parte da SEAE, do Ato de Concentração, não descontados os períodos de suspensão de contagem de prazo quando as empresas envolvidas são oficiadas pela Secretaria a fim de prestarem esclarecimentos adicionais no decorrer da tramitação dos Processos. Nessas ocasiões, suspende-se a contagem dos prazos, desde o envio do Ofício da Secretaria até o recebimento das respostas solicitadas (disposição constante da Lei nº 8.884/1994, art. 54, §8º). Os processos em análise podem ter seu prazo legal suspenso quantas vezes for necessária a prestação, por parte das requerentes ou interessados, de informações adicionais, fazendo com que o tempo líquido de análise de um Ato de Concentração da SEAE seja, em média, de trinta dias (Prazo legal estabelecido pela Lei nº 8.884/1994). Por oportuno, cabe informar que medidas adotadas em 2002 (em especial a adoção do Procedimento Sumário para Atos de Concentração que não envolvam complexidade analítica ou que flagrantemente não envolvam riscos à concorrência) deverão implicar a redução do tempo bruto de análise de Atos de Concentração em 2003. Como resultado, todo os agentes econômicos envolvidos serão beneficiados.

Concepção

Conforme menção anterior, o Programa, inicialmente visou atender ao artigo 70 da Lei nº 9.069/1994 (Lei do Real) que estabelecia que o reajuste e a revisão das tarifas de serviços públicos fossem feitas conforme atos, normas e critérios fixados pelo Ministro da Fazenda, o que, em parte, é feito até os dias de hoje. Com a liberação dos mercados, o incremento da concorrência no País e a participação de capitais privados nos serviços públicos, o Programa foi sendo estendido para contemplar mecanismos mais adequados a esse novo cenário de competição. Assim, algumas alterações que ocorreram ao longo do tempo vieram a expandir e atualizar o escopo do Programa.

A única alteração que ainda não foi possível realizar refere-se à implantação de Coordenação-Geral específica para atender à Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins comerciais. Atualmente, a Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais está sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Serviços Públicos e Infra-Estrutura - Cogsí, ou seja, dentro de uma coordenação cujas atividades não têm relação com a ação, principalmente, no que se refere à fiscalização. Dois graves problemas decorrem dessa conformação: a sobrecarga de trabalho da Cogsí e a pouca adequação dos técnicos à tarefa, tendo em vista ser regulação econômica e defesa da concorrência a especialidade do quadro da Coordenação.

O aspecto mais importante na implementação foi à capacitação dos servidores e o incentivo ao recebimento de novos quadros para a Secretaria, principalmente servidores pertencentes às carreiras de Estado.

Foram identificadas cinco causas do problema que originou o Programa, a seguir:

Causa	Ação
Necessidade de acompanhamento dos principais mercados para detecção antecipada de problemas que possam afetar os preços;	Acompanhamento Sistemático de Mercados;
Necessidade de assessoramento ao Ministério da Fazenda nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais;	Acompanhamento de Regimes Tarifários Estruturados;
A concorrência é a forma mais efetiva para que os consumidores tenham disponibilidade de produtos e serviços com preços mais adequados, melhor qualidade e maior diversidade;	Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais e Promoção e Estimulo à Concorrência;
Necessidade de análise, autorização e fiscalização das promoções e sorteios a fim de evitar e inibir práticas inadequadas; e	Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais; e
Necessidade de suporte informatizado avançado para que as ações sejam operacionalizadas de forma tempestiva.	Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico.

Com relação às ações que compõem o Programa, temos que a primeira ação, Acompanhamento Sistemático de Mercados, tem por objetivo observar a variação dos preços que impactam diretamente os índices de inflação, bem como acompanhar os principais mercados para detectar problemas que possam afetar os preços e, assim, promover ações que possam corrigir distorções.

Implementação

Já a Ação Acompanhamento de Regimes Tarifários Estruturados se faz necessária pois, apesar de as Agências Reguladoras serem encarregadas da estruturação nos mercados setoriais, há ações que impactam as políticas macroeconômicas e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Nesse caso, a SEAE assessora o Senhor Ministro nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais, como é o caso do Conselho Nacional de Política Energética. Ainda, devido a mandamento legal, algumas agências, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e Agência Nacional de Transporte Aquaviário - Antaq, devem comunicar, antecipadamente, ao Ministério da Fazenda os reajustes e as revisões nas tarifas. Existem também outros setores, como o setor postal,

que ainda não possuem agência reguladora, para os quais é necessária a expedição de portaria autorizativa do Ministério da Fazenda por ocasião da alteração de preços. Por fim, independentemente de existência ou não de agência, qualquer preço público modificado em período inferior a um ano deve ter autorização do Ministro da Fazenda.

Quanto às ações Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais e Promoção e Estímulo à Concorrência, essas são importantes por buscarem a impedir o exercício de poder de mercado das empresas, bem como inibir práticas anticoncorrenciais. Já a Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais decorre da possibilidade de as empresas, ao procurarem expandir suas vendas ou elevar suas receitas, virem a promover promoções ou sorteios que não possam cumprir, o que prejudicaria os consumidores. Nesse sentido, é necessário analisar, autorizar e fiscalizar esses eventos de forma a evitar e inibir práticas inadequadas.

Finalmente, a Ação Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico é de suma importância para o sucesso das outras ações, dado que estas exigem um suporte informatizado avançado para que as atividades sejam executadas de forma tempestiva.

O Programa Defesa Econômica e da Concorrência, que é gerenciado pela Secretaria de Direito Econômico - SDE, do Ministério da Justiça, tem duas de suas ações sob responsabilidade da SEAE, quais sejam: Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais e Harmonização da Legislação e Procedimentos para a Promoção e Defesa da Concorrência Junto aos Blocos Regionais.

Com essa estrutura de programa, a SEAE vem obtendo bons resultados no que se refere à execução das ações do PPA, e isso se deve a vários fatores, como a ênfase que tem sido conferida à capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação de suas atividades. Nesse sentido, vários servidores oriundos das carreiras de Estado têm sido agregados à equipe de trabalho, o que tem contribuído para o aperfeiçoamento da operacionalização das ações. Além disso, a SEAE conta com recursos próprios obtidos por meio de taxas arrecadadas junto às empresas para as quais presta serviços de análise de atos de concentração e de fiscalização de prêmios e sorteios. Esse fator permite que as necessidades financeiras da Secretaria sejam atendidas e, conseqüentemente, que o Programa seja executado com sucesso.

A SEAE também vem dando atenção à evolução do grau de participação da sociedade no Programa. Nesse sentido, a Secretaria possui um *e-mail* institucional para recebimentos de sugestões, questionamentos e denúncias por parte do cidadão/usuário, por meio do qual são respondidas, aproximadamente, oitenta mensagens eletrônicas por mês. Esse fator permite à Secretaria conhecer as expectativas da sociedade e, dessa forma, promover melhoria em suas atividades.

No que se refere aos impactos sócio-econômicos, temos que a execução do Programa é altamente benéfica, tendo em vista que possibilita a redução, em última instância, das tarifas e preços públicos, seja pela melhoria dos instrumentos regulatórios ou pelo incentivo à competição, fato este que eleva a eficiência da economia como um todo. Com relação aos preços não-administrados, o Programa também beneficia a redução de preços ao consumidor por meio do incremento à concorrência.

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

Resultados

Com o objetivo de buscar alcançar as metas para a inflação definidas pelo Governo Federal diversas medidas de aperfeiçoamento foram adotadas, tendo-se como principais resultados alcançados pelo Programa **Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito**:

- Implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB;
- Conclusão do relatório do Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil, que tornou possível o conhecimento do montante da alocação dos investimentos estrangeiros realizados no Brasil até dezembro/2000;
- Pesquisa sobre Capitais Brasileiros no exterior, que permitiu a aferição dos ativos detidos por residentes no exterior e a elaboração da Posição Internacional de Investimentos;
- Aperfeiçoamento do regime de metas para inflação;
- Divulgação tempestiva de estatísticas e de decisões do Banco Central, divulgação dos normativos editados entre 1965 a 1989, por meio eletrônico e a disponibilização de informações sobre a dívida externa do setor público no sítio do Banco Central na internet, aumentando a transparência da atuação da instituição;
- Realização de campanhas educativas sobre a utilização do dinheiro e para a divulgação de novas cédulas e moedas;
- Recuperação de parte dos créditos concedidos, no passado, a outros países pelo governo brasileiro, para financiamento de exportação de produtos e serviços brasileiros, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - Proex; Gestão junto ao Fundo de Garantia à Exportação, no sentido de garantir que o seguro de crédito à exportação seja um instrumento importante na alavancagem das exportações brasileiras, colaborando para o incremento da balança comercial; e
- Aperfeiçoamento na gestão das Reservas Internacionais.

Cabe registrar que a meta para a inflação estabelecida para 2002 não foi cumprida, dado que o IPCA variou 12.53% e o limite superior do intervalo de tolerância da meta para o ano era de 5.5%. Em carta aberta ao Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central explicou que o não cumprimento da meta deve ser atribuído a três fatores: a forte depreciação cambial, a evolução dos preços administrados por contrato e monitorados e a deterioração das expectativas para inflação. A política monetária foi conduzida de modo a perseguir metas para inflação ajustadas, que busquem a convergência da trajetória das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, levando em consideração, contudo, o custo do ajuste em termos de produto e renda da economia brasileira.

Em outubro de 2001, ocorreram mudanças internas no gerenciamento do Programa, com a substituição do gerente e da equipe de assessoramento.

Para 2003, pretende-se dar continuidade nos processos de aperfeiçoamento das ações, bem como aprofundamento na elaboração de estudos e pesquisas, objetivando avanços no desenvolvimento do modelo estrutural para a economia brasileira, resultando no aperfeiçoamento da elaboração de projeções e de cenários; evolução tecnológica do Sistema de Pagamentos Brasileiro, com redução de custos para os usuários; avanços na reforma da Lei de Falências e incremento no relacionamento com organismos e instituições internacionais.

Gerente:

João Antônio Fleury Teixeira

Concepção O Programa busca o crescimento sustentado e uma distribuição mais equitativa da renda. Para tanto, o controle do processo inflacionário é fundamental, permitindo o alongamento do horizonte de planejamento dos agentes, que deverá conduzir ao crescimento dos investimentos e geração de empregos, e eliminando um imposto que recai mais fortemente sobre as classes menos favorecidas.

Foram identificadas quatro aspectos da demanda:

Causa	Ação
Necessidade de formulação e gerenciamento das políticas monetária, cambial e de crédito pelo Governo Federal, buscando a estabilidade do poder de compra da moeda.	Formulação e gerenciamento das políticas monetária, cambial e de crédito.
Necessidade de realização de estudos e análises para subsidiar a formulação da política econômica do país.	Análise macroeconômica e proposições para formulação da política econômica.
Necessidade de suporte técnico e negocial para o trato dos assuntos internacionais.	Assistência técnica em assuntos internacionais
Necessidade de um Sistema Informatizado específico para assuntos da área de política econômica do Ministério da Fazenda - MF	Sistema Informatizado da Secretaria de Política Econômica

As metas físicas para ações de programas de gestão de políticas públicas são de difícil definição, considerando que a quantidade do produto por ela gerado, em geral um serviço, depende da demanda por parte do público-alvo e/ou do comportamento do mercado, bem como se constituem de serviços de difícil mensuração. Além disso, é significativo o grau de variabilidade do produto em função das condições em que ele é elaborado. Exemplo: a fiscalização em uma instituição financeira pode consumir mais tempo e recursos do que em outra.

Originalmente, o Programa não possuía indicador, embora tenha sido solicitada a inclusão do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, que mede as metas para inflação, como indicador do Programa. Tal solicitação foi atendida em 2002, com a sua inclusão no PPA Vigente e para LOA 2003.

Não foi identificado nenhum produto que contribua para o objetivo do Programa, além daqueles que já constam das ações que o compõem.

Sugere-se que cada ação do Programa seja objeto de um plano de ação com metas, prazos e responsáveis, de modo a facilitar sua execução, acompanhamento e avaliação. Essa organização dos trabalhos seria realizada no âmbito da gerência de tal modo, que a implementação do programa seria facilitada pela atuação do gerente no sentido de promover a articulação entre as unidades administrativas envolvidas no desenvolvimento das ações.

A disponibilização de canais de comunicação entre as unidades responsáveis pelas ações do Programa e a sociedade por meio de instrumentos como as centrais de atendimento ao público, telefone 0800, e página na internet tem permitido a maior comunicação com o público-alvo, com a imprensa e a população em geral. Por esses meios são apresentadas críticas, dúvidas, reclamações, sugestões e elogios, de modo a fornecer elementos importantes para o aperfeiçoamento da atuação e, conseqüentemente, da estratégia de implementação do Programa. Analistas financeiros participaram de avaliações, com vistas ao aperfeiçoamento da atividade de formulação e gerenciamento da política monetária.

Implementação A ação - Assistência Técnica em Assuntos Internacionais - resente-se particularmente das dificuldades causadas pelo descompasso entre as características e contingências a que está submetida, no que diz respeito aos aspectos orçamentários e financeiros. Na medida em que há intensa participação em reuniões de negociação internacional, assinalam-se três pontos críticos:

- A dificuldade de prever o momento de realização das reuniões, o que não depende da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda - SAIN;
- Despesas realizadas geralmente em dólar, tendo sofrido forte impacto cambial;
- Intensificação do relacionamento oficial internacional, em função do movimento globalizante das economias locais.

Em contrapartida, assinala-se que:

- Tem sido reiterada, na formulação das propostas orçamentárias, a solicitação de recursos compatíveis com a importância da ação, sem sucesso, levando à solicitação sistemática de créditos suplementares, a cada exercício;
- O contingenciamento, praticado durante todo o período tem por consequência dificultar ainda mais o desempenho satisfatório.

Devido às restrições orçamentárias e financeiras, muitos projetos definidos no contexto do planejamento estratégico do Banco Central e voltados para a melhoria dos resultados do programa sofreram restrições, como mudanças no cronograma e revisão dos resultados esperados mediante a definição de metas menos ambiciosas.

Vale dizer que alguns edifícios do Banco Central estão funcionando em caráter precário, necessitando de reforma; outros necessitam de revitalização, por meio da substituição de materiais e equipamentos, como carpetes, aparelhos de ar condicionado, elevadores, mobiliário etc. Essas medidas mostram-se necessárias para proporcionar maior segurança aos servidores, aos visitantes e ao patrimônio. A inclusão de projeto para revitalização dos edifícios do Banco Central no PPA tem sido solicitada reiteradamente, mas sem êxito.

Atualmente a autarquia conta com 4.600 servidores, sendo que oitocentos já reúnem condições para se aposentar ainda em 2003. A não-realização de concursos anuais vem reduzindo de forma perigosa o número de servidores do órgão. Outro ponto relevante é a concorrência predatória entre órgãos do setor público que estão com salários de ingresso bem superiores aos do Banco Central. Em 2002, o Banco Central perdeu sessenta servidores para outros órgãos do poder executivo e do judiciário.

A permanente redução orçamentária vivenciada nos últimos anos vem, de forma sistemática, impossibilitando o adequado treinamento dos níveis gerenciais das unidades administrativas responsáveis pelas ações, com todos os reflexos na qualidade da prestação dos serviços à sociedade. A impossibilidade de programa permanente de treinamento trará, a médio prazo, grande perda de qualidade e efetividade nos serviços prestados. Apesar disso, no decorrer de 2001/2002, diversas ações de treinamento foram implementadas no âmbito do Banco Central. O gerente e os servidores envolvidos com os programas participaram de eventos de treinamento promovidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com reflexos bastante positivos para a gestão e acompanhamento.

A sociedade utiliza os serviços disponíveis no sistema de informações do Banco Central (Sisbacen), com acesso via internet e também diretamente do sítio do Banco Central (www.bcb.gov.br). O número de acessos à página do Banco Central na internet aumentou de 2.189.034, em 2000, para 6.166.000, em 2002.

A instituição disponibiliza, também, serviços de atendimento ao público (para recebimento de reclamações, dúvidas e sugestões) no balcão nas nove capitais onde tem representação e por meio do telefone 0800 99 23 45.

Está sendo avaliada a adoção de medidas internas voltadas à avaliação dos serviços do Banco Central prestados junto a suas diversas clientelas.

Integração da Cadeia do Agronegócio

Resultados

O Programa tem como objetivo contribuir para a integração dos produtores rurais e demais componentes da cadeia do agronegócio. Sendo assim, o trabalho realizado pelo Banco do Brasil nas salas de agronegócios e por meio de palestras e seminários visa divulgar as novas ferramentas de comercialização, as parcerias com empresas da cadeia do agronegócio e as linhas de crédito rural, buscando capacitar o produtor rural. Dessa forma, colocando-o em condições de atuar no mercado do agronegócio de forma mais justa e consciente, transformando-o em empresário rural.

O resultado alcançado nas ações que compõem o Programa tem sido superior às expectativas e tem contribuído para a integração dos produtores rurais e dos demais agentes da cadeia do agronegócio. Isso tem propiciado o fortalecimento das relações com os diversos setores dessa cadeia, reforçando as parcerias e o comprometimento de todos na busca de um resultado satisfatório para o setor.

O Banco do Brasil tem ampliado, cada vez mais, sua participação com os agentes do agronegócio utilizando os recursos do crédito rural, os instrumentos de comercialização - CPR, negócios eletrônicos, salas de agronegócios, Mercados Futuros e de Opções - e de parcerias com empresas, como instrumento alavancador de promoção da integração entre os diversos participantes da Cadeia do Agronegócio.

O número de contratos de Mercados Futuros e Opções negociados produziram impacto positivo no resultado da BM&F. Sem contar o grande número de palestras realizadas pelo BB junto aos produtores rurais na disseminação desse mecanismo de proteção.

Além disso, o Banco do Brasil também tem apoiado os eventos do setor no qual participa, inclusive, como palestrante na disseminação dos novos mecanismos e de tendências para a atividade, contribuindo para que o Produtor Rural tenha condições de atuar no mercado do agronegócio de forma mais justa e consciente, transformando-o em empresário rural. E tem sido positiva a recepção do público-alvo nesses encontros, seminários, palestras, feiras e exposições realizadas pelo Banco do Brasil em todo o País. O índice de satisfação apurado pela Central de Atendimento do BB (BB Responde), com base nas consultas realizadas à diretoria de agronegócios mostrou-se satisfatório.

Vale destacar que a Ação Realização de Negócios entre Segmentos do Agronegócio tem contribuído significativamente para o crescimento do agronegócio no país. Vários convênios foram efetuados em 2002, proporcionando maior integração com a cadeia do agronegócio. Ultrapassaram-se as expectativas e conseguiu-se superar os dados financeiros e metas físicas da ação. Foram formalizados 875 convênios contra uma meta de 578, superando em 51,38% a meta estabelecida para o período, e em volume de recursos foram contratados cerca de R\$ 2,069 bilhões, 90% acima do compromisso assumido.

Gerente:

Biramar Nunes de Lima

Destaca-se também que o volume de recursos avalizados (Ação Aval para Venda Antecipada da Produção CPR) ultrapassou a meta estipulada para 2002 em 145% e em 160% com referência a quantidade de cédulas avalizadas, superando as expectativas de desempenho do produto.

Destaca-se ainda que os Negócios Eletrônicos - Comercialização - têm tido crescimento expressivo nos negócios realizados pelos empresários rurais, principalmente na negociação de CPR's por meio do Leilão Eletrônico. Em 2002, a ação ultrapassou as metas físicas - quantidades de vendas realizadas - em 524% e em 5,45% o valor das vendas realizadas num montante de R\$ 1,641 bilhão.

Para 2003, o Banco do Brasil pretende ampliar, cada vez mais, sua participação utilizando-se dos recursos do crédito rural (Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e Programa de Geração de Emprego e Renda - Proger, Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, Poupança-Ouro e MCR 6.2), dos instrumentos de comercialização (CPR, BB Leilão Eletrônico, Balcão de Agronegócios, BB Logística, Salas de Agronegócios, Mercados Futuros e de Opções) e das parcerias com empresas (convênios BB AGro, BB Convir e BB Coop) como instrumento alavancador de desenvolvimento e de integração entre os diversos participantes da cadeia do agronegócio. Com isso, o Banco do Brasil espera consolidar uma maior integração entre os agentes da cadeia do agronegócio por meio do cumprimento de todas as metas físicas e financeiras das ações do programa.

.....

O Banco do BrasilB identificou que uma das principais dificuldades dos produtores rurais era a obtenção de informações sobre o mercado (preços, tendências e cenários da atividade agropecuária) e acesso a novas práticas e tecnologias. Pois, com isso, estariam em melhores condições de financiar e comercializar a sua produção agropecuária, obtendo preços melhores e custos menores.

Concepção

O Banco do Brasil, na sua função, como o maior responsável pela a implementação da Política Agrícola do Governo Federal e o principal agente financeiro do agronegócio atua no Programa **Integração da Cadeia do Agronegócio** com intuito de promover a interação entre os agentes do agronegócio, propiciando ganhos a todos os participantes desse setor.

O resultado alcançado nas ações que compõem o Programa tem sido superior às expectativas e tem contribuído para a integração dos produtores rurais e dos demais agentes da cadeia do agronegócio.

.....

O Programa **Integração da Cadeia do Agronegócio** não utiliza recursos do Orçamento da União. Os recursos para a execução das ações que compõem o Programa são de responsabilidade do Banco do Brasil.

Implementação

Periodicamente, o Banco do Brasil realiza "Encontros de Trabalho" para divulgação e capacitação dos seus funcionários na operacionalização dos produtos e serviços de sua gestão. Além disso, disponibiliza treinamentos auto-instrucionais, informações na intranet corporativa e divulgação na agência de notícias (interna) acerca dos produtos e serviços que compõem o Programa.

A implementação do Programa **Integração da Cadeia do Agronegócio** pelo Banco do Brasil transcorreu sem problemas.

Produção de Moedas e Documentos de Segurança

Resultados O Programa objetiva melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados e Municípios na área fiscal, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua aplicação. A Casa da Moeda do Brasil foi constituída para garantir o abastecimento de Cédulas, Moedas, Selos Fiscais e Selos Postais aos específicos órgãos governamentais, como Banco Central, Secretaria da Receita Federal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o que é traduzido, no Programa, nas metas das suas principais ações.

Os principais produtos do Programa são, desta forma, as linhas de produção de Cédulas, Moedas, Selos Fiscais e Selos Postais, que alcançara níveis de produção superiores às metas programadas.

Destaca-se, assim, que a produção de Cédulas foi superior à meta em 6,7%, a produção de Moedas foi superior à meta em 1,6%, e, por fim, que a produção de Selos Fiscais foi superior em 4,5% à meta da respectiva ação.

Para 2003, a Casa da Moeda do Brasil espera continuar a atender plenamente às necessidades de seus clientes.

Concepção Como dito, o Programa visa atender demandas do Setor Público e de Empresas prestadoras de serviços públicos por Cédulas, Moedas, Selos Fiscais, Selos Postais e outros documentos de Segurança.

As metas estimadas no PPA 2000-2003 foram baseadas em dados históricos, e teve pouca participação dos principais clientes, que passam as suas programações anualmente.

A Casa da Moeda do Brasil - CMB é fornecedora de produtos para, entre outros, órgãos da Administração Pública Federal, Banco Central (cédulas e moedas); Secretaria da Receita Federal (selos fiscais); Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (selos postais) e Departamento de Polícia Federal (passaportes).

A participação daqueles órgãos expressando suas demandas futuras, no mínimo com o mesmo horizonte do período do PPA (4 anos), inclusive com os valores desejados a serem agregados aos produtos, em muito contribuiria para o aperfeiçoamento do Programa, possibilitando o direcionamento mais adequado das atividades necessárias para o alcance das metas.

Implementação A execução financeira do Programa no período 2000-2003 deverá ficar em 83% do previsto para as ações referentes às linhas de produção. Esta variação é decorrente de alterações ocorridas nas demandas, a pedido dos clientes. O financiamento das ações é feito por recursos próprios, oriundos das receitas dos produtos vendidos.

Gerente:

Luiz Carlos Ferreira Lamarão

Quanto às ações referentes a investimentos, deverão ser realizados apenas 46% do previsto, em decorrência de contingenciamentos orçamentários dos principais clientes ocorridos em 2000, com conseqüente redução de caixa da Casa da Moeda do Brasil - CMB no exercício de 2001, e da forte pressão cambial que ocorre neste exercício de 2002, fazendo com que investimentos sejam adiados.

A capacitação da equipe gerencial responsável foi adequada; houve diversas participações em cursos relacionados ao PPA, o que aprimorou a concepção e implementação do Programa.

Considerando que o Programa da CMB no PPA é voltado para linhas produtivas, seu bom resultado está também diretamente vinculado à preparação das suas equipes operacionais e técnicas. Existe grande dificuldade da empresa em gerir seus recursos humanos pela pouca autonomia de gestão, como restrições na contratação de pessoal mais preparado, inexistência de sistema remuneratório adequado e de um plano de carreira e sucessão compatível com suas funções. Diante desses fatos identificados, é grande a dificuldade em reter os novos empregados e manter o clima organizacional satisfatório.

A CMB não é fornecedora direta dos usuários de seus produtos, uma vez que estes são utilizados por toda a sociedade. Há necessidade de uma melhor interação com seus clientes para uma melhor avaliação da satisfação dos usuários.

Recuperação de Créditos da União

Resultados O Programa tem como objetivo aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal.

A arrecadação acumulada da dívida ativa da União alcançou o patamar inicialmente previsto, do mesmo modo que a arrecadação acumulada da defesa da Fazenda Nacional. Os números alcançados decorreram de alterações legislativas de indução de pagamentos e quitações, especificamente com a adoção de anistias e remissões parciais, práticas que não deverão ser adotadas com a mesma amplitude no exercício de 2003.

Muito embora, os valores arrecadados mostrem-se positivos, o forte contingenciamento de recursos financeiros aplicáveis no órgão de execução do projeto Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, dificultou enormemente o desempenho e o alcance das metas propostas.

Traduzido em números o resultado do Programa, no ano de 2002, as ações Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União e Representação e Defesa da Fazenda Nacional Em Juízo, ambas com, respectivamente, realizações físicas de 111,8% e 106,8%, retratam o incremento no exercício das atividades fim do órgão. Em termos de resultados de arrecadação, quando comparados com o exercício anterior, foram 20% superiores para a arrecadação no segmento da dívida ativa e 34% maiores para a defesa em juízo.

Em 2003, espera-se um crescimento da ordem de 15% para a Ação Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União e 20% para a Ação Representação e Defesa da Fazenda Nacional Em Juízo.

Concepção Este Programa passou por mudanças em termos de ações, buscando a adequação, especialmente de uma delas, à realidade das ações do órgão responsável, qual seja, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

O Programa **Recuperação de Créditos da União** tem como cliente o próprio poder público, mais especificamente, o segmento da administração dedicado à gestão fazendária e fiscal.

É pertinente assinalar, que muito embora haja um fundo, Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Atividade de Fiscalização - Fundaf - de aplicação específica para a realização dos objetivos do programa, os recursos não vêm sendo utilizados de forma plena, o que, mesmo considerado o relativo aparelhamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em muito dificulta a superação da considerável carência em termos de recursos materiais e humanos.

Implementação Recursos Financeiros - não há dúvidas de que os resultados poderiam ser melhorados, não fosse a sistemática subestimativa das previsões orçamentárias, ao que se agregaram contingenciamentos financeiros, dedicadas ao órgão de implementação do programa.

Recursos Humanos - é necessária a aprovação de um quadro de pessoal de apoio próprio para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, além de um permanente programa de capacitação e aperfeiçoamento do pessoal atualmente lotado. Atualmente, apenas o coordenador-geral da dívida ativa da União atua diretamente no programa.

Gestão do Programa - organicamente, o órgão responsável pela execução das atividades, não está adequadamente desenhado,

Gerente:

Agostinho do Nascimento Netto

anotando-se uma segmentação que desconsidera o programa em sua integralidade.

Resseguro

Resultados

O objetivo do Programa é definido como: Garantir indenização por prejuízos de riscos futuros da sociedade em excedente técnico ao mercado segurador nacional. Sendo assim, o programa se confunde com o próprio IRB-Brasil Resseguros S.A. Em 2002, o setor sofreu influência da conjuntura econômica e, por isso, a variação apresentada pelos indicadores do Programa teve alcance insuficiente em relação ao programado para o período 2000/2002.

Apesar das incertezas do processo de privatização e suas conseqüências na gestão empresarial, da conjuntura econômica desfavorável, o **Programa Resseguro** mostrou-se presente em vários projetos estratégicos na esfera do PPA, seja viabilizando a cobertura de resseguro, seja pela mediação na colocação de excedentes no mercado externo ou mesmo na aceitação de riscos não abrangidos pelo mercado interno. Entre outros, o IRB participou dos seguintes projetos:

- Hidrovia São Francisco - Desenvolvimento do baixo São Francisco - projeto de irrigação do Baixo Irecê - cobertura de resseguro concedida integralmente no País para riscos de engenharia, obras civis em construção e instalação/montagem dos equipamentos para as etapas I e II do projeto;
- Projeto Marituba - projeto de obras de construção civil de desenvolvimento interno na área I do projeto - cobertura de resseguro para o projeto, obras Civis em Construção (Estradas, Tanques de Piscicultura e escavações de material em solo saturado);
- Projeto Salitre - obras de execução de infra-estrutura de irrigação da 1ª etapa do projeto - cobertura de resseguro para riscos de engenharia, obras civis em construção e instalação/ montagem de equipamentos no mercado nacional;
- Corredor Araguaia-Tocantis - construção de eusa de lajeado no rio tocantis - cobertura de resseguro no País para a Cia. Docas do Pará/Hidrovia de Tocantis, cobertura para as obras de transposição da Barragem da Usina Hidroelétrica Luiz Eduardo Magalhães;
- Corredor Nordeste - Porto de Suape - Cais 4 - cobertura de resseguro para obras civis e montagem da construção do quarto berço de atracação;
- BR-232/PE-Recife-Caruaru - obra com cerca de 118 km de extensão, envolvendo construção de nova pista e restauração da existente - viabilização da cobertura de resseguro junto ao mercado internacional, uma vez que a capacidade retentiva do país, para o risco em questão, encontrava-se esgotada.

Persistem as dúvidas quanto ao cenário para as operações de resseguro desempenhadas pela empresa e, em que pese o modelo de resseguros exigido pelo mercado segurador nacional e internacional (público-alvo), as operações de resseguro implementaram, até o momento, condições positivas para o fortalecimento do setor. O aumento da capacidade de retenção no país, elevação dos valores dos contratos automáticos de resseguro incêndio - de forma a minimizar os impactos dos preços internacionais - viabilização de consórcios, desenvolvimento de parcerias visando suporte financeiro, troca de tecnologia e experiências em riscos assumidos nas áreas de garantia, responsabilidade civil, *property* e *marine*, saúde e riscos rurais.

Gerente:

Maria Cristina Fischer Matos

As pressões para a abertura das operações de Resseguro no País - que implicam salvaguardas diferenciadas para a gestão empresarial, poderão modificar as condições de atuação do Programa **Resseguro**, impondo redefinição de seu tamanho e foco.

Para o ano de 2002, tem-se uma taxa de desempenho do IRB, medido pelo indicador combinado de 109%, o que reflete as condições econômicas desfavoráveis ocorridas no exercício.

Em relação a 2003, espera-se a sustentação do projeto de liderança na América Latina, de forma a aceitar negócios originados nesse mercado e apoiar interesses brasileiros nos programas de seguros liderados por seguradoras nacionais.

Concepção

A demanda original mantém-se atual, estando o Programa **Resseguro** a ela perfeitamente adequado. Considerando a inter-relação do Programa com a missão institucional da empresa, faz-se necessário redefinir seu tamanho e foco, presente a possibilidade de destaque para outras demandas correlacionadas e de relativa importância para o mercado.

Essa redefinição importará, forçosamente, em revisão concomitante da caracterização e dimensionamento do público-alvo, da distribuição geográfica da atuação, da pertinência das ações com a conseqüente interferência sobre a sua suficiência, impactando também em reavaliação das metas físicas e dos indicadores utilizados. Exemplo de novo produto que poderá ser agregado ao Programa é a inspeção de riscos, cujo diagnóstico resulta na formulação de coberturas necessárias, prevenção de ocorrência de sinistros e acompanhamento da implantação de projetos.

A estratégia de execução originalmente idealizada pressupunha nível de autonomia de gestão empresarial não alcançado em função do processo de privatização. Apesar desse entrave, bem como da interação passiva do modelo centralizado com o Programa **Resseguro** e de não existirem sistemas tecnológicos adequados ao gerenciamento por programas, diversas soluções *tailor-made* foram implementadas.

Implementação

No tocante à execução financeira, atualmente é previsto mínimo distanciamento em relação ao planejado para o final do PPA (cerca de 1,6% acima do planejado). Vários treinamentos/seminários foram oferecidos no período, de ótimo nível, mas que pouco agregaram no desempenho das ações do Programa visto serem fortemente centradas em processos que se relacionam com a área de atuação da Empresa.

Recursos Humanos - a carência de pessoal é crítica, pela inviabilidade de realização de concurso público em face do processo de privatização. Nos últimos anos, contingente significativo de empregados deixou a empresa, por iniciativa própria ou por aposentadoria.

Serviços de Informática em Parceria com a Iniciativa Privada

A parceria com o setor privado enseja aprimoramentos e maior velocidade no acesso a soluções tecnológicas de melhor desempenho e menor custo. A variação do indicador será mais visível quando se iniciar os ganhos frutos das parcerias que forem estabelecidas pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro com o setor privado.

O ComprasNet, serviço desenvolvido para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi fruto da parceria do Serpro com o consórcio Unisys/Vesta. É o portal de compras do Governo Federal e tem como resultados para a sociedade o acesso a informações e serviços, como, por exemplo: consultas a licitações, consultas a resultados de licitações, entre outros. O objetivo do portal de compras do Governo é promover total transparência e permitir o controle, pela sociedade, das ações e decisões que envolvam as compras públicas no âmbito do Poder Executivo. Um resultado extremamente visível é que, no ano de 2002, o Governo economizou R\$ 500 milhões em compras realizadas através da modalidade pregão, de um valor total de R\$ 2 bilhões.

No relatório de 2001, fez-se constar que o indicador deveria ser de 1% (um por cento) na participação dos recursos auferidos com serviços de informática para a iniciativa privada. Nesse patamar é alta a probabilidade de alcance.

Os impactos do Programa **Serviços de Informática em Parceria com a Iniciativa Privada** foram extremamente positivos: o ComprasNet; Operação da AC- Raiz, tendo em vista que o Serpro fora escolhido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, por conta do seu ambiente seguro, a infraestrutura adequada, pessoal qualificado, instalações, equipamentos e *softwares* específicos, com nível de segurança de padrões internacionais; e implantação do 0 de pagamentos, pelo qual os contribuintes podem fazer pagamentos ao Governo Federal com débito em conta do valor do pagamento e da taxa pela prestação do serviço.

O PPA, em toda a sua concepção, incentiva a parceria com a iniciativa privada. Essa parceria permite a troca de experiências, a renovação tecnológica e melhor desempenho com menor custo. Existem, contudo, algumas limitações legais que ainda não foram adequadamente tratadas para dar efetividade e rapidez ao processo de parcerias com o setor privado que prefere, no mais das vezes, tratar o Governo Federal apenas como um cliente tradicional e bom comprador. Outra dificuldade que deve ser tratada é a burocracia administrativa que tem emperrado ou inviabilizado promissoras parcerias com o setor privado.

Deve ser estabelecido debate de forma transparente sobre a Parceria com o Setor Privado, objetivando transpor limitações legais e burocráticas. A troca de experiências entre o Setor Público e o Setor Privado é saudável e ambos ganham em conhecimento e aplicação de práticas mais modernas de emprego da tecnologia da informação.

Resultados

Concepção

Gerente:

Gilson Oliveira Lariu

Implementação Os recursos, em 2002, estiveram no patamar previsto no orçamento.

O Programa utiliza-se da estrutura organizacional do Serpro. No período do programa a empresa tem investido na Gestão do Conhecimento, criando as comunidades de conhecimento em todos os seus segmentos.

As parcerias deixaram resultados valiosos para ambas as partes. Vejam o exemplo do ComprasNet, serviço desenvolvido para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em parceria com o consórcio Unisys/Vesta, que deu transparência às compras efetuadas pelo Poder Executivo Federal. Em 2002 estima-se que o Governo deverá economizar R\$ 500 milhões em compras realizadas através da modalidade pregão, de um total de aproximadamente 2 bilhões.

O Gerente do Programa deixa o *e-mail* disponível para acesso da sociedade, permanentemente.

As manifestações elogiosas sobre o ComprasNet têm sido publicadas nas revistas especializadas. Em recente seminário sobre o E-gov ficou patente a satisfação dos usuários/beneficiários do Programa Governo Eletrônico, cujo apoio técnico-operacional é fornecido pelo Serpro.

Serviços de Informática para o Setor Público

Resultados

O Programa é criado a partir da necessidade de modernização dos processos da gestão das finanças públicas e das ações estruturantes e integradoras de Governo. Ao longo do PPA 2000-2003, a variação dos indicadores foi expressiva. Por exemplo, o indicador Índice de Cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviços - Icans, que tinha uma taxa de 80,00% em dezembro de 1999, superou o percentual previsto. Nas duas medições anteriores, em 2000 e em 2001, os percentuais foram 98,95 e 99,30%, respectivamente. Isso se deve ao aperfeiçoamento do relacionamento com os clientes que passaram a especificar, juntamente com as equipes técnicas, com mais precisão, os níveis de serviços.

Na cesta de indicadores tem-se a satisfação dos clientes, índice que tende para 100,00%, segundo a avaliação feita pela Central de Atendimento do Serpro CAS. Com especificação mais precisa dos níveis de serviços, as chamadas para a Central de Atendimento são solucionadas, invariavelmente, nos prazos acordados.

O Serpro Serviço Federal de Processamento de Dados) reduziu os seus preços em 45%, nos últimos 5 anos (período em que se enquadra o Programa **Serviços de Informática para o Setor Público**, com crescimento do volume de serviços, o que demonstra o repasse de ganhos em produtividade aos clientes. Além disso, os preços dos serviços têm se mantido em valores até 50% mais baixo que os do mercado.

Alguns resultados expressivos, consolidados com o advento do Programa podem ser destacados: aumento da entrega de declarações por meio do ReceitaNet de 705,9 mil em 1997, para 31,4 milhões em 2002; recepção de declarações de isentos, estimadas em 40 milhões; criação do Centro de Treinamento Virtual Siafi para capacitar 35 mil usuários. Como principais resultados do Portal E-gov. destacam-se: universalização dos serviços por meio do Portal Rede Governo; infra-estrutura avançada para o Governo Eletrônico - Rede Br@sil. gov. - desenvolvida em parceria entre o Ministério das Comunicações, Serpro e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, com o objetivo de centralizar a contratação da infra-estrutura de telecomunicações e informática, otimizar a aplicação dos recursos e incentivar o compartilhamento de redes; terminais de acesso público com 80 quiosques funcionando "salacidade" nos Ministérios, Serpro, Anatel e INSS; serviços de mensagem do Governo Federal, integrando todos os Ministérios, Serpro, Advogacia-Geral da União, Correios e Banco Central, entre outros; modernização de Redes Locais, com instalação de 7 mil pontos em dezessete órgãos públicos e instalação de oito servidores de grande porte e 24 departamentais em onze órgãos públicos; "páginas brancas" - elaboração e disponibilização, na internet, de catálogos de informações sobre autoridades governamentais, entre outros. Entre os resultados que impactaram diretamente a sociedade têm-se: Sistema de Pagamento *On Line* - Sisragon, fazendo parte do primeiro Balcão Virtual de Serviços ao contribuinte; Implantação do Centro de Certificação Digital do Serpro - CCD/Serpro, credenciado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação para funcionar com Autoridade Certificadora da Infra-Estrutura de Chaves Públicas da ICP-Brasil, tornando-se a primeira Autoridade Certificadora no âmbito da Administração Pública; Apoio à implantação do Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB, junto ao Banco Central, uma revolução no Sistema Financeiro

Gerente:

Gilson Oliveira Lariu

Nacional - SFN. Ao Serpro coube a Certificação de todos os Bancos para a operação segura do SPB.

Os acordos de níveis de serviços são um dos principais instrumentos de melhoria dos serviços e aperfeiçoamento do relacionamento com os clientes, pois a especificação, cada vez mais precisa dos níveis de serviços acordados, tem levado à superação do índice originalmente estimado. Por consequência, a melhoria da satisfação dos clientes é significativa.

A previsão original dos indicadores foi plenamente alcançada. Por exemplo, o indicador Índice de Cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço - Icans, originalmente previsto para ser alcançado o percentual de 95,00%, superou a estimativa. O Grau de Satisfação do Cliente é demonstrado pela medição feita por intermédio da Central de Atendimento Serpro - CAS com indicação de 100,00% de satisfação na resolução, dentro dos prazos convencionados, das ocorrências registradas.

O Programa **Serviços de Informática para o Setor Público** não tem impactos negativos. A sua concepção ensejou aperfeiçoamento no desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação e informática contratados pelos órgãos responsáveis pela gestão das finanças públicas e por sistemas estruturantes e integradores do Governo Federal.

Concepção O Programa surge da necessidade de modernização dos processos da Gestão das Finanças Públicas e das ações estruturantes e integradoras do Governo Federal, contribuindo para a melhoria da relação sociedade e Estado.

O Programa **Serviços de Informática para o Setor Público** é do tipo Serviços ao Estado e horizonte temporal Contínuo, conforme classificação do PPA. As melhorias introduzidas têm o propósito de acompanhar a evolução, extremamente veloz, da tecnologia da informação. Quanto à adequação do objetivo ao problema, está correta, não sendo necessária reformulação; a caracterização do público-alvo está bem definida; as ações estão pertinentes e viabilizam a execução do Programa; as ações vinculadas ao Programa contemplam as metas físicas suficientes para a sua execução e o indicador é representativo e expressa os resultados alcançados.

Demandas surgiram no decorrer do desenvolvimento do Programa **Serviços de Informática para o Setor Público**, mormente no que diz respeito à evolução da tecnologia da informação, proporcionando melhorias para os clientes e para a sociedade.

Implementação Os recursos foram insuficientes no ano de 2002, tendo sido necessário o pedido de suplementação orçamentária. A supressão de algumas atividades foi imposição da escassez de recursos orçamentários, tendo demandado renegociação com os clientes no sentido de adaptarem os níveis de serviços aos parcos níveis orçamentários.

A estrutura do Serpro é adequada para a gestão por programas. As Unidades de Negócios, responsáveis diretas pelo atendimento dos órgãos contratantes conduzem as ações de interesse específico de cada um, com ênfase nas ações que estejam vinculadas ao PPA. A especialização e profundo conhecimento das atividades dos clientes é exigência fundamental para o bom êxito do Programa.

Os usuários têm um canal aberto permanente com a Central de Atendimento Serpro - CAS. A sociedade, quando questiona algum tipo de serviço, o faz por

intermédio do cliente. Em se tratando de problemas no desenvolvimento ou na manutenção de sistemas, estes são solucionados imediatamente, a fim de manter o bom nível de relacionamento Serpro-usuários finais. Além disso, o *e-mail* do Gerente do Programa está sempre disponível para o recebimento de críticas e sugestões.

A Central de Atendimento Serpro - CAS é o veículo que mede sistematicamente o nível de satisfação dos clientes, principalmente pela rapidez na solução de problemas detectados e a sistemática de pós-serviço, acompanhando se a solução foi adequada para o problema levantado.